



“—
| COM A FORÇA DA
ESPERANÇA |
—,”

CANDIDATO A PREFEITO

13 Prof. ★★★★★
Benizario
VICE Prof. ★ Meire Bispo



Professor Benizário e & Professora Meire Bispo

“Com a força da esperança”

O partido

“O Partido dos Trabalhadores é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático”. – Estatuto do PT, Artigo 1º

Apresentação

Caros e caras Lagartenses, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) e a federação “Brasil de Esperança” vem nesse documento apresentar o modelo de cidade que desejamos e propomos para nosso povo. Nossas propostas estão embasadas nas aspirações mais profundas de nossa população, que deseja sobre tudo o exercício pleno da cidadania.

Nosso partido já vem construindo um processo de recuperação de políticas públicas e de direitos que garantem a dignidade de nosso povo a partir do Governo Lula, porém, precisamos avançar em nossas conquistas e ampliar a presença do PT também nas prefeituras.

O município de Lagarto possui uma longa história de apropriação da máquina pública para favorecimento de poucas famílias abastadas. Essa excrecência impossibilitou ao longo do

tempo o processo de desenvolvimento social e econômico de nosso município e do nosso povo, o que favorece a perpetuação desse modelo político de escravização do corpo e da alma dos/das lagartenses.

Mesmo sem qualquer recuso econômico para que essas propostas reais e sinceras cheguem aos lares de todo povo de Lagarto, topamos o desafio de sonhar alto. O desafio de ir de encontro aos que possuem o poder econômico e político na cidade, o desafio de romper com as correntes seculares que nos aprisionam mentalmente e nos remete ao atraso sem fim.

As propostas desse documento são uma ação conjunta de nossa militância local com contribuições significativas da Fundação Perseu Abramo, fundação essa dedicada a estudar e entender as necessidades do povo brasileiro.

Apresentamos ao povo de Lagarto duas pessoas capacitadas para cumprir a honrosa missão de transformar Lagarto. São o Professor Benizário e a Professora Meire Bispo. Ambos reconhecidos militantes ativos do nosso partido e das causas sociais, sindicais e ambientais.

Nesse sentido deixamos aqui nosso pedido de apoio a todos e todas lagartenses e afirmamos que “com a força da esperança” transformaremos nossa Lagarto.

SUMÁRIO

ASSISTÊNCIA SOCIAL 08

1. Compromissos com a Assistência Social

- a. Garantir a ampliação de unidades de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social em Lagarto
- b. Investir, desprecariar e qualificar o suas
- c. Fortalecer a participação popular e o controle social
- d. Fortalecer a intersetorialidade e implantar serviços híbridos e de cuidado
- e. Combater a pobreza multidimensional por meio da integração de programas e projetos de combate à pobreza e de transferência de renda

CIDADE PARA O FUTURO 16

2. Redução das desigualdades urbanas

3. Adaptações às mudanças climáticas

4. Habitação de interesse social

5. Mobilidade como direito fundamental

COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA 22

1. Inclusão digital e participação
2. Comunicação institucional democrática
3. Políticas gerais

CT&I PARACIDADES INCLUSIVAS 27

1. Inclusão, inovação e sustentabilidade
2. Inclusão digital
3. CT&I interação com áreas essenciais
4. Segurança pública
5. Modernização administrativa
6. Popularização de C,T&I

A CULTURA TRANSFORMA 33

1. Institucionalidade e marcos legais
2. Identidade, patrimônio e memória
3. Diversidade, transversalidades e acessibilidade

4. Economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade
5. Direito às artes e linguagens digitais
6. Cultura, política e periferias

DIREITOS DOS ANIMAIS 37

1. Proteção integral dos animais:
 - 1.1 Criação da agenda municipal de proteção, defesa e direitos animais:
 - 1.2 Manejo populacional ético de cães e gatos e bem-estar animal:
 - 1.3 Inclusão social dos carroceiros
 - 1.4 Conscientização sobre a exploração animal e promoção da cultura de paz e respeito aos animais:
 - 1.5 Incentivo a sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis e éticos

ECONOMIA SOLIDÁRIA 45

1. Educação em economia solidária
2. Fomento aos empreendimentos solidários
3. Compras públicas
4. Comercialização
5. Gestão e participação social

EDUCAR, INCLUIR E DEMOCRATIZAR 51

1. Relações federativas, poder, autonomia e gestão
2. Democratização e qualificação, da gestão educacional
3. Educação infantil, alfabetização e ensino fundamental
4. Educação de jovens e adultos (EJA)
5. Educação do campo, indígena e quilombola
6. Educação inclusiva e diversidade
7. Sobre a qualidade da educação

DESAFIOS ENERGÉTICO NAS CIDADES 62

1. Pobreza energética
2. Governança e eficiência energética
3. Iluminação pública

ESPORTE E LAZER, DIREITO PRA VALER! 65

1. São diretrizes para levantar a bola da cidadania:

ESTADO, DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO MUNICIPAL . 68

1. Proposta de diretrizes para a participação popular
2. Direito à cidade e igualdade racial
3. Difusão das políticas de igualdade racial
4. Fomento à participação social
5. Planos municipais de igualdade racial
6. Propostas voltadas à população LGBTQIAPN+

MEIO AMBIENTE TRANSIÇÃO E ECOLÓGICA 75

1. Produzir e preservar: inclusão social e proteção ambiental
2. Saneamento público e gestão de águas

VALORIZAÇÃO DAS MULHERES 79

1. enfrentamento a todas as formas de violência
2. Políticas públicas sobre o cuidado
3. Direitos sexuais e reprodutivos
4. Geração de emprego e renda
5. Cultura e educação para a igualdade
6. Controle, participação e execução

PESSOA IDOSA 85

1. Rede de proteção socioassistencial
2. Rede de atenção
3. À saúde da pessoa idosa (RASPI)
4. Mobilidade e acessibilidade
5. Educação

POLÍTICAS DE CUIDADO 89

1. Direito a cuidados para todos que necessitam
2. Promover o trabalho decente no setor dos cuidados
3. Compatibilizar o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares e de cuidado
4. Trabalho não remunerado de cuidados
5. Cultura de corresponsabilidade social e de gênero

SAÚDE COMO DIREITO E A DEFESA DO SUS 95

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA E COMBATE À FOME 100

1. Abertura para o apoio do Governo Federal

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) 103

1. Inclusão digital plena
2. Plataforma de governo digital
3. Lagarto mais conectada e sustentável

TRABALHO DECENTE 107

1. A centralidade trabalho
2. Fortalecimento da negociação coletiva
3. Ações de fortalecimento da economia solidária

TURISMO 111

1. A importância do turismo

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído no primeiro governo do Presidente Lula e transformado em lei no primeiro governo da presidenta Dilma, veio para materializar o conteúdo da Política Nacional de Assistência Social, efetivando os artigos 6º, 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, e seu regulamento na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993). O SUAS se organizou em todo território nacional por meio de uma gestão de colaboração federativa e descentralizada, estabelecendo as corresponsabilidades dos entes federados.

Ao longo dos governos de Lula e Dilma, o SUAS se expandiu ao estruturar uma ampla oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Essas iniciativas visam garantir a proteção social, abrangendo as dimensões de segurança de renda, acolhimento, convívio familiar, comunitário e social, desenvolvimento e autonomia, bem como a segurança de sobrevivência diante de riscos e calamidades.

Os municípios brasileiros executam a grande maioria da rede de serviços do SUAS composta por 8.583 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 2.868 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; 9.500 Unidades de Cadastro Único; 30 mil acolhimentos de pessoas em situação de rua e 7.360 com maior concentração na Região Sudeste, seguida das Regiões Sul e Nordeste

Atualmente são cerca de 55 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família, 96,6 milhões de pessoas estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal e mais de 100 milhões de benefícios transferidos com impacto positivo na economia, por meio da transferência de R\$ 14,1 bilhões por mês e aproximadamente de R\$ 168 bilhões/ano. Outro impacto social positivo é o Benefício de Prestação Continuada – BPC que permite a distribuição de renda (1 salário

mínimo mensal) para aproximadamente 5,8 milhões de pessoas, entre idosas e pessoas com deficiência, ultrapassando R\$ 85 bilhões por ano. Para viabilizar o acesso dessa população vulnerabilizada aos benefícios socioassistenciais, é necessário investir na expansão e qualificação da rede de serviços socioassistenciais.

É importante destacar que após o golpe de 2016, e nitidamente no período de 2018 a 2022, houve um desmonte generalizado das políticas e, em particular, da política de assistência social, com a criação de programas desvinculados da lógica do Sistema, resultando na drástica redução do financiamento em âmbito federal, caracterizando uma ruptura do pacto federativo, mesmo diante da pandemia da Covid-19 e das recomendações internacionais em direitos humanos e proteção social. O cenário de destruição das políticas sociais com flagrante subordinação dos direitos ao ajuste fiscal e às políticas de morte e ódio.

Para o exercício de 2023 houve um corte de aproximadamente 95% na Lei Orçamentária. Com um orçamento praticamente zerado seria impossível o governo eleito manter os serviços instalados e os compromissos junto aos municípios. Mas o Brasil voltou, o SUAS voltou e houve uma recuperação quase total do orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, totalizando um repasse de mais de 6 bilhões de forma regular e automática no ano de 2023 até maio do ano de 2024.

O compromisso dos governos do PT tem sido e continuará sendo o de efetivar, expandir e qualificar as ofertas do SUAS, ampliando os direitos sociais e a proteção social não contributiva. Essas conquistas refletem a vontade política de alcançar todas/os as/os brasileiras/os, tirando da invisibilidade milhões de pessoas, fazendo deste país território de dignidade, de bem viver e de cidadania.

É fundamental que os pleitos eleitorais sejam pautados no desafio de reconstruir e ampliar o SUAS, diante do desafio do governo Lula de reconstruir o Brasil, de modo a avançar, a partir de uma direção nacional e pelo protagonismo dos municípios, na superação da fome, da pobreza e das desproteções sociais em contextos desiguais. Esta nova ética, orientada por um projeto político popular, requer a ampliação do acesso à proteção social, considerando as diversidades humanas, regionais e territoriais.

Apresentamos a seguir 5 diretrizes para o fortalecimento do SUAS, a superação da fome e da pobreza, cada uma com um elenco de propostas que devem servir de referências para as plataformas de programas de governo para os executivo e legislativos municipais.

a. GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LAGARTO

- Garantir maior cobertura de serviços por meio da expansão e qualificação das Unidades Públicas de Assistência Social - CRAS, CREAS e Centros de Atendimento Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centros de Convivência, Acolhimentos, entre outros;
- Fortalecer o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, protegendo as crianças no tempo da infância e desenvolvimento integral.
- Garantir estrutura administrativa formal para a gestão do Cadastro Único no SUAS, com RH qualificado para fortalecê-lo como instrumento de planejamento para a gestão territorial.
- Garantir recursos humanos exclusivos para o CadÚnico com quantidade suficiente para a demanda e com perfil e habilidades técnicas que possam sistematizar os dados e transformar em

informação e conhecimento do território, de modo que subsidie o planejamento da gestão e ações do trabalho social, no contexto da Vigilância Socioassistencial.

b. INVESTIR, DESPRECARIZAR E QUALIFICAR O SUAS

- Destinação de recursos do Tesouro municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social para a sustentabilidade do SUAS, manutenção e expansão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme as necessidades das famílias;
- Compromisso com a mobilização para aprovação da PEC nº 383/2017, que prevê a aplicação anual de pelo menos 1% da receita corrente líquida (RCL) da União e demais entes federados no financiamento do SUAS;
- Realização de concurso público e organização de equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com efetivação de políticas de valorização do trabalho e do trabalhador;
- Implantação do Programa de Educação Permanente do SUAS, para formação continuada das/os trabalhadoras/ es e conselheiras/os de assistência social, para alcançar os resultados do trabalho social com as famílias e comunidade local;
- Implantar ações de valorização das/dos trabalhadoras/es e desprecarização das condições de trabalho.

c. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL

- Implantação de Conselhos Populares Locais de Assistência Social nos territórios de CRAS, para fortalecer o acompanhamento e a avaliação da política de assistência social, contribuindo no processo democrático e na qualidade dos serviços prestados à população, bem como para identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos e ações que promovam direitos, renda e qualidade de vida nos territórios;
- Fortalecimento da democracia participativa/deliberativa e do Conselho Municipal de Assistência Social, com capacitação continuada das/os conselheiras/os;
- Implantação de um programa de formação e educação popular no SUAS.

d. FORTALECER A INTERSETORIALIDADE E IMPLANTAR SERVIÇOS HÍBRIDOS E DE CUIDADO

- Ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;
- Reordenamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, contemplando outros públicos e intensificando a participação das demais políticas públicas e articulação com o Sistema de Justiça;
- Implantação de Programas de fomento da autonomia voltados à juventude, trabalhadores informais e desempregados, e mulheres;
- Implantação de serviços em conjunto com saúde mental para atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento conjunto de serviços domiciliares que

possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com um ou mais membros familiares;

- Implantação de serviços inovadores e integrados com a saúde que promovam o cuidado no domicílio;
- Fomento à integração entre as políticas de Assistência Social, de trabalho e renda e economia solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;

e. COMBATER A POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE COMBATE À POBREZA E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- Regulamentação e concessão de benefícios eventuais para atender situações de vulnerabilidade social temporária, destinados especialmente para jovens egressos de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes e pessoas com histórico de situação de rua, assim como o fomento e integração dos benefícios com a segurança alimentar e arranjos produtivos populares;
- Implantação de projetos de enfrentamento à pobreza com articulação e garantia de investimento técnico e financeiro a grupos populares, com priorização de mulheres e jovens, e integração com o Bolsa Família;
- Construção de programas e/ou projetos municipais de transferência de renda integrados e de complementaridade ao Programa Bolsa Família, por meio de articulação Inter federativa e intersetorial;
- Ampliação do trabalho social com famílias e territórios de maioria do PBF na perspectiva da educação popular, visando fortalecimento da autonomia e do desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias.

- Desenvolvimento de modelo municipal de integração de serviços, benefícios (BPC, BE e PBF) e defesa de direitos, por meio de articulação e integração entre as políticas setoriais e transversais, especialmente Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Juventude, Criança e Adolescente, Cultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Mulheres, Igualdade Racial, População de Rua, entre outras.



CIDADE PARA O FUTURO

Os objetivos centrais do nosso programa municipal para as políticas urbanas devem partir de duas grandes linhas:

a) redução das desigualdades urbanas e b) transição ecológica e climática na cidade. Habitação, mobilidade, saneamento, uso do solo, ambiente urbano, entre outros temas, devem ser integrados e articulados com a política urbana, ambiental e econômica, de modo a garantir o direito à cidade (água, infraestrutura, moradia, mobilidade e conectividade) e ao mesmo tempo se relacionar com o crescimento econômico e geração de emprego e renda. Sob formas apropriadas a seu perfil econômico e considerada sua inserção macrorregional, os municípios devem adotar os instrumentos de Reforma Urbana previstos no Estatuto da Cidade, bem como o planejamento inclusivo visando garantir a função social da propriedade, o combate à especulação e a captura da valorização imobiliária gerada por investimentos públicos.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana da ONU, assim como a política nacional de desenvolvimento urbano (em elaboração pelo governo federal) devem ser orientadoras das propostas de políticas:

1. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES URBANAS

- Revogar o processo de permuta do Parque de exposição Paulo Nicolau Almeida, revitalizando aquele espaço e projetando para o terreno a construção do centro administrativo municipal e o novo prédio da Escola Adelina Maria.
- Combater a desigualdade no acesso à terra, priorizando a baixa renda e buscando recursos do programa Minha Casa Minha Vida, mas também investindo recursos locais sempre que possível;
- Garantir projetos habitacionais a serem inseridos na cidade sejam articulados aos objetivos dos planos diretores, para reduzir a segregação e aproximar moradia do trabalho, estudo e lazer;

- Reduzir as desigualdades a partir de um programa robusto em territórios vulneráveis, como periferias e assentamentos precários, com intervenções integradas de regularização fundiária, urbanização, infraestrutura, saneamento, mobilidade, eliminação de risco, melhorias habitacionais, qualificação de áreas públicas e verdes, equipamentos sociais e assistência técnica, tendo como referência o programa Periferia Viva do governo federal;
- Universalização do acesso à água e ao saneamento básico.

2. ADAPTAÇÕES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- A redução das emissões de CO2 na mobilidade, na gestão de resíduos e em toda a cadeia da construção civil é central na descarbonização das cidades e na transição climática e energética;
- Adaptar as cidades para enfrentar os eventos extremos gerados pela emergência climática passa a ser um desafio permanente, como ensinam as lições das grandes cheias no RS;
- É necessário investir na drenagem urbana, em obras de contenção de encostas, melhoria habitacional e recuperação da cobertura vegetal em áreas de risco;
- Fortalecer os serviços de alertas e prevenção, assim como a defesa civil e os núcleos comunitários;
- Estabelecer uma Governança Climática interna (Secretaria, Coordenadoria ou Departamento) apoiada em mecanismos de diálogo com a sociedade civil;
- Elaborar e manter atualizado o Inventário de GEE, estudo que subsidiará a elaboração de medidas de mitigação;
- Elaborar a Análise de Risco e Vulnerabilidade do Município (ARVC), fundamental para conhecimento dos prováveis impactos

em determinados territórios, orientando a ação pública e os investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade;

- Instituir sistema de Defesa Civil que envolva amplamente a sociedade, especialmente a população mais vulnerável;
- Estabelecer e ampliar mecanismos e possibilidades de financiamento climático, melhorando a gestão tributária e buscando recursos de Fundos nacionais e internacionais;
- Estabelecer instâncias de articulação regional, estadual e nacional para ações de mitigação, de prevenção e de resposta a desastres ambientais;
- Internalizar o conceito de justiça climática na definição de prioridades, pois se toda a população está sujeita aos eventos extremos, mais vulnerável é a parcela que vive em áreas de risco, sem infraestrutura ou com infraestrutura deficiente;
- Elaborar a revisão do Plano Diretor e da legislação Urbanística incorporando as demandas da Política Climática;
- Fomentar as ações de segurança alimentar, pois a mudança climática impactará a produção de alimentos;
- Fomentar as ações de capacitação e conscientização da população, esclarecendo qual o seu papel na mitigação dos gases de efeito estufa;
- Ampliar a segurança dos sistemas essenciais à população, com planos de contingência nas áreas de transporte, saúde e abastecimento.

3. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- Fomentar a habitação em áreas centrais que passam por esvaziamento, sob diversas modalidades de acesso: propriedade coletiva, locação social, voucher ou subsídio aluguel;

- Melhorar a qualidade da construção privada no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV), sob regulação e direcionamento do poder público municipal; desenvolver as municipalidades como agente promotor do MCMV e apoio à construção por autogestão;
- Construir uma agenda municipal prioritária para as periferias brasileiras, focada em urbanização de favelas como sinaliza o eixo do Periferia Viva do Novo Programa de Aceleração do Crescimento;
- Desenvolver nesta agenda as iniciativas de autogestão, sob liderança e indução do poder público municipal.

4. MOBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

- Atuar para investir e promover políticas e programas de transporte e mobilidade superando a visão predominante de apenas gerenciar e operacionalizar os contratos sob concessão;
- Manter e reforçar a integração entre trânsito, transporte e mobilidade, com unificação do trabalho em uma só autarquia ou empresa pública;
- Enfatizar a relação entre mobilidade e planejamento urbano de modo a incentivar moradias, principalmente para pessoas baixa renda, nas regiões centrais das cidades e promover empregos nas regiões periféricas;
- Estabelecer o controle social e a participação por meio de Conselhos de usuários, audiências e consultas públicas;
- Considerar a acessibilidade universal em todos os setores e projetos, satisfazendo a demanda reprimida de pessoas com deficiência no acesso ao espaço público;
- Avançar na implantação de corredores de ônibus e implantar um serviço público de bilhetagem;

- Ampliação da rede cicloviária para garantir segurança dos ciclistas e estimular o uso da bicicleta; criar ou ampliar sistemas de bicicletas compartilhadas, públicos e gratuitos e adotar programas de promoção do uso da bicicleta.



COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Embora boa parte das iniciativas institucionais para garantir uma comunicação democrática no País dependa de políticas públicas nacionais, é possível desenvolver iniciativas de comunicação no âmbito municipal com foco na conscientização da população sobre seus direitos. Os governos e demais poderes devem atuar no sentido de maior democratização dos meios, transparência e facilitação do acesso à informação, com diversidade e pluralidade das fontes e de opiniões. É importante diferenciar as iniciativas de caráter institucional governamental (comunicação do governo municipal, Prefeitura e Câmara Municipal) das iniciativas de políticas públicas voltadas para o exercício da cidadania a partir da difusão de uma informação veraz e de qualidade, especialmente diante da grande quantidade de informações falsas (fake news) que inundam as redes sociais. As diretrizes são:

1. INCLUSÃO DIGITAL E PARTICIPAÇÃO

- Garantir a inclusão digital nas áreas urbana e rural como fator indispensável para a inclusão social e desenvolvimento econômico;
- Contribuir para ampliar a pluralidade e diversidade de fontes de informação no município, reconhecendo a comunicação como direito humano essencial à liberdade de expressão de todos e todas;
- Combater a desinformação e as ‘fake news’;
- Utilizar a Comunicação institucional como ferramenta de conscientização dos direitos da população e democratização da gestão municipal, com transparência das ações e programas do governo;
- Garantia de acesso da população local às informações e serviços públicos, bem como participação popular na definição, monitoramento e implementação das políticas públicas municipais;

- Contribuir com a integração das diversas políticas públicas, usando a comunicação institucional como instrumento de construção da transversalidade e complementaridade dessas políticas públicas municipais;
- Implementar um Plano Municipal de Comunicação com participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil organizada;
- Criar mecanismos que protejam os dados da população no serviço público e ao mesmo tempo promovam uma comunicação eficiente com vistas à conscientização das pessoas sobre seus direitos.

2. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA

- Implementar de fato no âmbito municipal a Lei de Acesso à Informação (Nº 12.527/2011), garantindo que a prefeitura, secretarias municipais, empresas públicas e autarquias se comprometam a responder às demandas em prazo legal (5 dias); esforço de transparência das informações que deve ser extensivo também às Câmaras de Vereadores;
- Assegurar o máximo de transparência e interatividade nos portais da prefeitura e da Câmara Municipal, possibilitando que o cidadão e a cidadã acessem as principais informações sobre a gestão e utilizem os serviços remotos de gestão (matrículas, certidões, alvarás, consultas médicas, exames), com acolhimento de suas dúvidas, críticas, sugestões e elogios;
- Dar maior conhecimento dos serviços de Ouvidoria à população, pois eles permitem dimensionar quais demandas encaminhadas estão sendo melhor respondidas ou equacionadas, no prazo e/ou na qualidade desejada;

- Produzir relatórios mensais das Ouvidorias e publicá-los nos respectivos portais da Prefeitura, Câmara Municipal, secretarias, empresas e autarquias públicas municipais;
- Implementar, ao lado dos serviços de Ouvidoria, Centrais de Atendimento aos cidadãos e cidadãs;
- Investir na comunicação via plataformas de redes sociais mais utilizadas na cidade e utilizá-las para o estabelecimento de um diálogo mais rápido e uma escuta frequente com a população;
- Adotar softwares livres na administração municipal (executivo e legislativo), com padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações dos órgãos públicos municipais;
- Criar uma Secretaria Municipal de Comunicação com capacidade para coordenar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público, fazendo uma gestão integrada dos diferentes meios e instrumentos de comunicação existentes;
- Fazer uma gestão democrática, transparente e eficiente da Imprensa Oficial, cujo instrumento primeiro é o Diário Oficial do Município.

3. POLÍTICAS GERAIS

- Dar suporte e apoio à realização periódica de conferências municipais de comunicação, com participação tripartite, espaço de debate, formulação e deliberação de políticas públicas desta área;
- Constituir, implementar, dar suporte logístico e garantir condições de funcionamento a um Conselho Municipal de Comunicação, com maioria de representação da sociedade civil e composição equilibrada e isonômica entre Poderes Públicos e sociedade civil;

- Fortalecer as mídias públicas, comunitárias, populares, independentes e alternativas, estabelecendo um percentual mínimo na destinação das verbas públicas de publicidade para rádios e TVs comunitárias, jornais populares e de bairro, blogs e sites alternativos;
- Onde a realidade orçamentária permitir, instituir o fomento para as mídias populares e alternativas, sempre que possível por meio de um Fundo de Fomento Municipal para a Comunicação Popular, com editais públicos definidos e lançados de forma transparente;
- Promover programas e iniciativas voltadas para a formação e alfabetização digital, incluindo escolas, pontos de cultura, lan houses, praças do conhecimento e redes de fibra ótica (última milha) que cheguem até as comunidades mais carentes;
- Adquirir e distribuir microcomputadores para escolas públicas municipais e ao mesmo tempo ampliar a oferta de banda larga gratuita no município por meio de acesso sem fio em grande escala, com a criação de hotspots, telecentros e postos de conexão;
- Desenvolver a educomunicação e a leitura crítica da mídia nas escolas da rede pública municipal, estimulando a prática da transversalidade dos temas educacionais nos espaços escolares;
- Apoiar a radiodifusão comunitária, cidadã e pública, com suporte às rádios e TVs comunitárias, rádios e TVs públicas locais.

CT&I PARA CIDADES INCLUSIVAS

As eleições municipais são uma oportunidade para fortalecermos o projeto de desenvolvimento social do governo federal e avançar em propostas voltadas à construção de cidades modernas, inovadoras, sustentáveis e inclusivas por meio dos recursos que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) oferece. A oferta de serviços públicos de qualidade precisa ser acessível à população; as políticas setoriais devem procurar alavancar o crescimento das empresas e serviços locais, contribuindo com a geração de emprego, renda, cultura, lazer e a melhoria no acesso à educação, saúde e demais serviços. Dessa forma, tratar a implementação de políticas articuladas à CT&I como instrumento do desenvolvimento significa recolocar a pertinência do conhecimento científico para estruturação de ações que elevem a qualidade de vida da população. A participação das comunidades e de movimentos sociais nos processos de decisão e gestão deve ser uma constante. Os referenciais para os programas municipais devem ser:

1. INCLUSÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Fomentar os processos de transformação digital por que têm passado a sociedade, com incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, em especial startups com produtos e serviços relacionados às tecnologias da informação e da comunicação;
- Estimular uma agenda de inclusão social na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo maior desafio é reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população;
- Envolver a participação popular no planejamento e gestão das infraestruturas e serviços públicos;
- Facilitar o intercâmbio de informações e a modelagem de projetos cooperativos, com alianças solidárias entre as cidades;

- Criar e fortalecer ecossistemas de inovação nas cidades com a participação de universidades, instituições de pesquisa, empresas, organizações sociais e poder público;
- Ressaltar a transversalidade das áreas de inclusão digital, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública, modernização da administração e popularização da Ciência, como segue.

2. INCLUSÃO DIGITAL

- Garantir acesso à Internet por meio de wifi livre em praças, parques e áreas centrais e turísticas da cidade;
- Assegurar a conectividade de equipamentos públicos como escolas municipais, bibliotecas e salas de leitura;
- Avaliar a distribuição de chips de celular para professores da rede pública de ensino;
- Desenvolver programas de letramento digital e informacional, ensinando a navegar no mundo digital quem ainda não sabe, apurando o seu senso crítico com respeito à desinformação e fake news.

3. CT&I INTERAÇÃO COM ÁREAS ESSENCIAIS

- Fortalecer a atenção básica por meio plataformas digitais do Ministério da Saúde, que permitam o uso de dispositivos móveis pelos agentes de saúde da família e consultas online principalmente para áreas de difícil acesso, numa visão sistêmica e integrada com municípios da região;
- Promover ações e programas que visem o aperfeiçoamento e a capacitação dos profissionais de saúde, através de plataformas

digitais, com conectividade e equipamentos: desenvolver tecnologias inovadoras para melhorar o acesso aos serviços de saúde, como telemedicina e diagnóstico remoto;

- Aprimorar a atuação do município como gestor do SUS, especialmente por meio da formulação de políticas, da qualificação dos investimentos, da indução dos resultados, da modernização administrativa e tecnológica, da qualificação e transparência da informação. Buscar junto ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Saúde conexão em banda larga, coberta pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para as Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- Atuar com as instituições de ensino superior no desenvolvimento de conteúdos e formação de professores;
- Prover infraestrutura tecnológica por meio de plataformas digitais interativas como ferramentas para a melhoria da gestão das escolas, projetos pedagógicos e diálogo com as famílias;
- Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.
- Implementar Sistema de Gestão de Dados e Informações Técnicas, de oferta, demanda, financeiras e socioeconômicas para o planejamento urbano e de redes de transportes aderentes às demandas dos cidadãos;
- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores, codificação que transmita informações para celulares, e semáforos com sinalização sonora;

4. SEGURANÇA PÚBLICA

- Implementar centros de inteligência operacional do município reunindo sistemas digitais de segurança pública para impedir ocorrências criminais em tempo real e intensificar o controle e monitoramento das vias com grande circulação de pessoas e veículos;
- Acoplar câmeras no fardamento da Guarda Municipal e melhorar os sistemas de iluminação pública e de limpeza urbana.

5. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Trabalhar com plataforma digital de gestão municipal. Sempre que possível, utilizar tecnologias de código livre e/ou aberto, e adotar e colaborar com o desenvolvimento das soluções para municípios disponíveis no portal do Software Público brasileiro;
- Fazer alianças com outras cidades para elaboração de projetos conjuntos ligados à modernização tecnológica.

6. POPULARIZAÇÃO DE C,T&I

- Estimular nas escolas municipais, em seus currículos e práticas pedagógicas, a educação que valorize a curiosidade, as práticas investigativas e a busca de evidências em fenômenos naturais e sociais;
- Estimular e apoiar, nas escolas e junto às comunidades locais, a realização de feiras de ciência, olimpíadas científicas, clubes de

ciência, oficinas, eventos de ciência e cultura, entre outras atividades de ciência;

- Interagir com as comunidades locais na identificação, estudo e difusão de conhecimentos locais e promover a valorização do patrimônio científico e cultural existente no município.



A CULTURA TRANSFORMA

O Ministério da Cultura voltou e, com ele, devemos partir da reafirmação das bases do processo civilizatório que a cultura possibilita. Estamos em luta pela construção de uma sociedade mais justa e humana, que reconheça sua ancestralidade e seus embates para um país menos desigual. O Brasil conta com 387,6 mil empresas de cultura; receita líquida, em 2021, de R\$ 741 bilhões. O setor emprega 5,5 milhões de pessoas, equivalentes a 5,6% do total de ocupados no País, com 43,2% na informalidade e 40,9% na CLT. O montante total de salários pagos alcançou R\$ 83,3 bilhões em 2021, correspondendo a um salário médio mensal de R\$ 4.135,00. Pelo perfil de gênero, 43,7% dos postos eram ocupados por mulheres. As discrepâncias salariais entre homens e mulheres persistem, com os homens recebendo em média R\$ 4.730,37 ao mês, enquanto as mulheres auferem R\$ 3.354,00. Ao longo de 32 anos, mais de 55 mil projetos culturais receberam investimentos pela Lei Rouanet e geraram um retorno de R\$ 1,59 para cada R\$ 1,00 investido. O momento é o de fortalecer as possibilidades de construção social e legados que a cultura oferece. Para tanto, sugerimos cinco diretrizes básicas:

1. INSTITUCIONALIDADE E MARCOS LEGAIS

- Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), possibilitando a formulação de um planejamento para essa gestão pública, de modo a respeitar a estrutura dos elementos do SNC conforme a Lei 14.835/2024, que “Institui o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura”;
- Institucionalização do Sistema Nacional de Cultura por meio da ampla participação dos municípios, com a garantia de fontes de repasses pelo governo federal; estruturação dos fundos municipais

de cultura com os percentuais previstos na adesão ao SNC garantindo o desenvolvimento socioeconômico;

2. IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

- Implementação de Fundo municipal de cultura, prevendo as garantias de preservação dos equipamentos culturais e patrimônios tombados, garantir a conclusão de obras e restauros, preservação, armazenamento e guarda de bens materiais e imateriais com a devida preservação de acervos, assegurando as bases legais para uso e acesso aos espaços, acervos e equipamentos de cultura.

3. DIVERSIDADE, TRANSVERSALIDADES E ACESSIBILIDADE

- Acesso do município ao Programa dos Pontos de Cultura, com fortalecimento das culturas populares e grupos menos favorecidos; reafirmação da identidade brasileira através dos povos que consolidam nossa base social e dos setores que representam a diversidade e transversalidade dos segmentos abrangidos pela extensa cadeia que compõe a acessibilidade universal à cultura.

4. ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

- Construir o Teatro Municipal de Lagarto, garantindo espaço adequado a apresentações artísticas como; artes cênicas, espetáculos musicais e outros eventos.
- Construir e reafirmar as garantias aos trabalhadores/as e técnicos da cultura, proporcionando garantias de direitos dos

trabalhadores do País, com atenção especial aos mecanismos de fortalecimento das ações de inclusão ao processo criativo, formação, acesso e inclusão prevendo grupos etários como primeira infância, jovens, adultos, melhor idade, LGBTQIAPN+, populações com baixo IDH e as que vivem em territórios sem titulação, demarcação nem respeito a seu saber e fazer.

5. DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

- Garantir a inclusão e o acesso aos meios digitais nas áreas rurais ou urbanas, a fim de prever a inclusão social e o acesso às políticas públicas de cultura a toda a população, em especial os direitos de acesso digital e o fortalecimento de meios de comunicação para melhor divulgação, orientação, controle e monitor t de políticas públicas nos municípios brasileiros

6. CULTURA, POLÍTICA E PERIFERIAS

- Criar e incentivar políticas públicas de cultura que fomentem e financiem atividades nas periferias, possibilitando também a participação de grupos sem figura jurídica com repasses via CNPJ e CPF. Para além dos editais, é preciso institucionalizar essas políticas e programas (sempre que possível, via leis municipais que incluam rubricas orçamentárias conforme previsto no SNC);
- Retomar uma política participativa de fato, envolvendo as organizações das periferias no nível municipal. A escuta garante o exercício da cidadania;
- É imprescindível estabelecer o fortalecimento das instâncias de participação, como comitês e conselhos municipais de cultura com a participação de representantes de grupos culturais setoriais, identitários da comunidade e periféricos.

DIREITOS DOS ANIMAIS

A cidade que almejamos construir, vibrantes e prósperas, deve reconhecer e acolher todos os seus habitantes, incluindo todas as espécies de animais que compartilham conosco este espaço. A população brasileira está cada vez mais consciente da importância de proteger os animais e garantir seu bem-estar. Com mais de 77 milhões de animais em lares brasileiros e 14% da população se declarando vegetariana ou vegana, a saúde humana e os direitos dos animais estão interligados. A ciência comprova que a exploração animal no sistema produtivo, bem como a caça e o desmatamento contribuem para o surgimento de doenças zoonóticas, como a COVID-19 e gripe aviária. A defesa dos animais também é crucial na luta por um Brasil e uma Lagarto sem fome, com água para todos e todas e menos emissões de gases estufa, privilegiando sistemas alimentares resilientes e justos. A defesa dos direitos e da proteção dos animais de todas as espécies não é apenas uma questão de compaixão, mas também ética e de justiça social, de saúde pública e ambiental.

A situação atual dos animais em nossa cidade é alarmante, com muitos sofrendo abandono, maus-tratos e exploração. Nas ruas, enfrentam fome, doenças, frio e agressões; em cativeiro, vivem em condições precárias e sem cuidados básicos. É preciso combater a exploração de animais em práticas desportivas cruéis, rinhas, testes em laboratórios e sistemas produtivos que causem sofrimento animal. O tráfico ilegal de animais silvestres também precisa ser erradicado.

Apresentamos uma proposta abrangente para a inclusão dos direitos animais na agenda pública municipal, com foco em cinco áreas principais, detalhando as ações necessárias para o sucesso de cada iniciativa, com a inclusão de sugestões adicionais:

1. PROTEÇÃO INTEGRAL DOS ANIMAIS:

1.1 CRIAÇÃO DA AGENDA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, DEFESA E DIREITOS ANIMAIS:

- Criação da Secretaria Municipal de Proteção, Defesa e Direitos Animais ou, alternativamente, a criação de Superintendência de Proteção, Defesa e Direitos Animais subordinada à Secretaria de Meio Ambiente.
- Participação intersetorial: Institucionalização de um conselho municipal e de outros mecanismos permanentes de participação social com diferentes órgãos públicos, tutores, sociedade civil, ONGs e protetores independentes na construção e implementação da agenda.
- Competências e recursos orçamentários: Definição formal de responsabilidades e verbas específicas para cada ação da agenda, garantindo a efetividade das medidas e a transparência na gestão dos recursos.
- Plano Plurianual de Gestão (PPAG): Planejamento estratégico de longo prazo com metas e indicadores específicos para o bem-estar animal.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Diretrizes para a aplicação dos recursos com foco na efetividade das políticas públicas e na otimização do orçamento.
- Lei Orçamentária Anual (LOA): Ação anual com recursos específicos e transparentes para os direitos animais, com detalhamento das rubricas e acompanhamento da execução.

- Fundo municipal: Estruturação de um fundo municipal para a defesa dos animais, com destinação de recursos e com a possibilidade de captação de recursos.
- Plano Diretor: Incorporar diretrizes de proteção e defesa animal nas normas de planejamento e desenvolvimento urbano municipal, tanto em território rural como urbano.
- Diagnóstico detalhado: Realização de um estudo abrangente para identificar os principais problemas da situação dos animais no município, considerando aspectos como abandono, maus-tratos, acesso à saúde e controle populacional ético.
- Canal Animal: Criação de uma linha telefônica gratuita para denúncias de maus-tratos, para informar sobre animais achados, perdidos, acidentados e outras ocorrências, garantindo o fluxo correto da demanda aos respectivos órgãos responsáveis, em todos os âmbitos da administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, facilitando o acesso da população e garantindo agilidade nas respostas.
- Protocolos e processos integrados: Ação conjunta entre diferentes poderes e órgãos para garantir a proteção dos animais, com foco na prevenção, investigação e punição de crimes contra os animais.
- Investigação de maus-tratos: Apoio a investigação de casos de maus-tratos, promovendo a atuação conjunta com a polícia e demais órgãos competentes. Treinamento dos agentes e da população para não descaracterizarem os cenários de possíveis crimes contra os animais.
- Elaboração de plano municipal de proteção à vida dos animais em eventos climáticos e desastres ambientais.

1.2 MANEJO POPULACIONAL ÉTICO DE CÃES E GATOS E BEM-ESTAR ANIMAL:

- Ampliação do acesso à castração: Realização de mutirões de castração em diferentes regiões do município, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social e populacional de animais. Parcerias com ONGs, clínicas veterinárias e universidades para oferecer preços acessíveis e atendimento de qualidade.
- Campanhas educativas: Conscientização sobre a guarda responsável e os benefícios da castração, abordando temas como saúde animal, controle populacional, comportamento e bem-estar. Prevenção da procriação indesejada e do abandono de animais, enfatizando a importância da guarda responsável e da adoção consciente.
- Fiscalização: Combate à criação ilegal de animais e ao comércio irregular de filhotes, através de ações conjuntas entre diferentes órgãos e fiscalização ostensiva. Proibição de vendas de animais em lojas e feiras livres.
- Adoções: Incentivo a realização de eventos de adoção regulares e campanhas de adoção responsável, priorizando animais em situação de vulnerabilidade e promovendo a integração com a comunidade.
- Políticas Públicas para Cães e Gatos Comunitários: Criação políticas públicas de atenção e cuidado para animais que vivem nas ruas sob responsabilidade da comunidade.

1.3 INCLUSÃO SOCIAL DOS CARROCEIROS

- Apoio à transição para atividades alternativas;
- Proibição de práticas desportivas cruéis com animais.
- Educação permanente: Capacitação para novas áreas de atuação com foco na geração de renda e desenvolvimento

profissional. Provisão de cotas e bolsas de estudo para o ex-carroceiro e familiares.

- Formas substitutivas de geração de renda: Empreendedorismo e cooperativismo, com incentivos fiscais e apoio técnico para a criação de novos negócios.
- Incentivo à utilização de veículos de tração não animal: Veículos elétricos e bicicletas de carga, com subsídios e linhas de financiamento, além de campanhas de conscientização sobre as vantagens para o bem-estar animal e o meio ambiente.
- Destinação humanitária e digna aos equídeos: Criação de um programa para a reabilitação e reintegração dos animais e destinação para santuários.

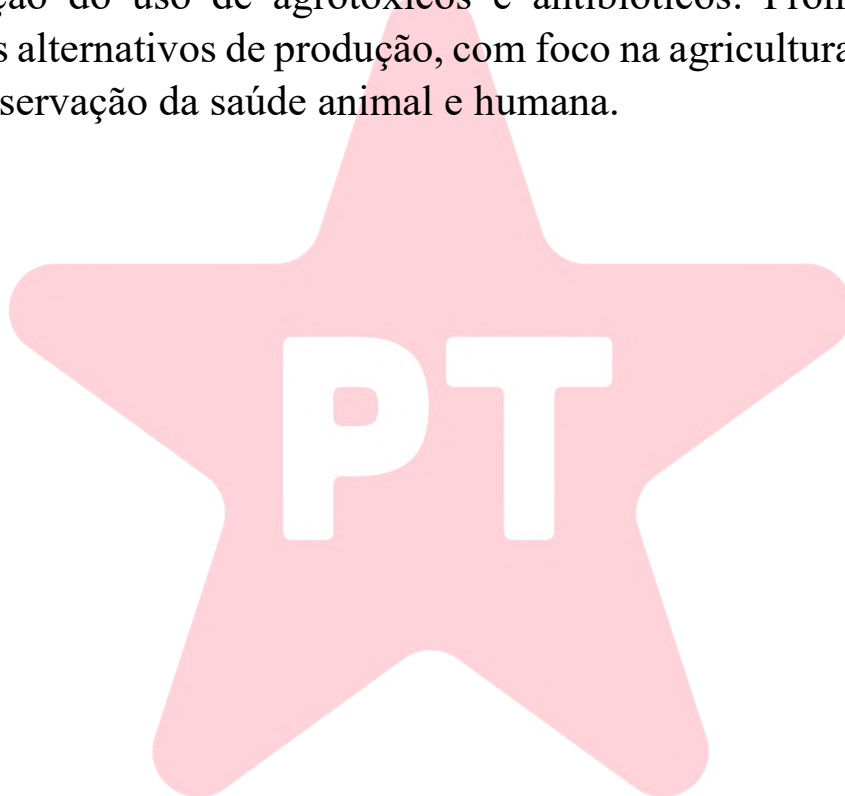
1.4 CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EXPLORAÇÃO ANIMAL E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E RESPEITO AOS ANIMAIS:

- Ampliar oferta de alimentação vegetariana e vegana: Incremento de alimentação saudável nas escolas municipais, hospitais, creches, órgãos de assistência social e outros órgãos públicos, com inclusão de opções veganas e vegetarianas, integrais e sustentáveis, em acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, além de oficinas de culinária saudável.
- Capacitação de profissionais da área de alimentação: Cursos e workshops para cozinheiros, nutricionistas e outros profissionais sobre culinária vegetal, com foco na nutrição.
- Educação alimentar e nutricional: Divulgação de informações sobre os impactos da exploração animal no meio ambiente, com a participação de especialistas. Criação e distribuição de materiais informativos sobre a importância do respeito aos animais, incluindo cartilhas, folders e vídeos educativos.

- Superação da Cultura de Aprisionamento de Animais em Gaiolas: Formulação de campanhas de conscientização que promovam a superação da cultura de aprisionar animais, como aves e outros.
- Incentivo ao consumo consciente: Promoção de produtos livres de crueldade animal, com campanhas de conscientização e parcerias com empresas que adotam práticas éticas.
- Desenvolvimento de uma cultura de paz e não-violência: Programa amplo de promoção de cultura de paz como alternativa à cultura de violência, dominação e exploração, que abrange o enfrentamento ao especismo, o machismo, o racismo e a lgbtfobia.
- Incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos: Apoio a agricultores familiares e feiras agroecológicas, com foco na agricultura familiar e na preservação do meio ambiente.
- Iniciativas de Educação Ambiental: Implementação de programas nas escolas para promover a conscientização desde a infância, destacando a campanha “Silvestre não é PET”.
- Campanhas de conscientização sobre os impactos da comercialização de animais vivos: Divulgação dos impactos negativos do comércio de animais vivos.
- Campanha adote, não compre: incentivo à alternativa mais ética e sustentável.
- Redução do uso de embalagens plásticas: Implementação de políticas públicas que incentivem o uso de materiais recicláveis e biodegradáveis, com foco adoção responsável como na diminuição do impacto ambiental e na preservação dos ecossistemas aquáticos.

1.5 INCENTIVO A SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS E ÉTICOS

- Agroecologia e criação agroflorestal: Apoio técnico e financeiro a produtores que adotam práticas que respeitam o meio ambiente e o bem-estar animal, com a criação de programas de incentivo e selos de qualidade.
- Redução do uso de agrotóxicos e antibióticos: Promoção de métodos alternativos de produção, com foco na agricultura familiar e na preservação da saúde animal e humana.



ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, como modelo de sociedade, apresenta propostas viáveis que sejam indutoras do desenvolvimento social com sustentabilidade econômica e ambiental. Seja na produção, consumo ou prestação de serviços, a Economia Solidária pressupõe a organização de coletivos de pessoas que conversam entre si sobre temas afins, buscando a solução de problemas e o aproveitamento dos potenciais. São três as características distintivas da Economia Solidária ante a economia convencional: 1) solidariedade x competição; 2) propriedade coletiva x propriedade privada dos meios de produção; 3) autogestão x heterogestão. Por combater na sua raiz a desigualdade e atuar diretamente na geração de trabalho e renda, a Economia Solidária possui enorme poder de engajamento dos mais pobres. No médio prazo, seu enraizamento nas comunidades é fundamental para renovar o trabalho de base; evidenciar o interesse dos dirigentes políticos em melhorar a vida da classe trabalhadora; recuperar o poder de mobilização popular e construir uma alternativa ao conservadorismo. No curto prazo, as ações visando a expansão das redes de Economia Solidária e implementação da proposta da Reindustrialização Solidária são provavelmente as mais importantes para assegurar a governabilidade. Apontamos cinco propostas prioritárias de políticas públicas nos municípios:

1. EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Formação em economia solidária nas escolas inserida do Ensino Fundamental ao Médio, com práticas de “autogestão”, participação e divisão das tarefas cotidianas de convivência e bem estar do coletivo; introdução do conceito de educação democrática e indutora de uma perspectiva profissional para os jovens;

- Formação em Economia Solidária em cursos voltados ao mundo do trabalho, através de convênios com instituições de ensino de jovens e adultos, incidindo sobre o currículo de cursos profissionalizantes, especialmente com a inclusão do associativismo e cooperativismo como modalidades de organização coletiva no mundo do trabalho;
- Formação da sociedade como um todo em Economia Solidária através de campanhas publicitárias voltadas à educação de consumidores conscientes, capazes de identificar e valorizar os produtos e serviços da economia solidária que agregam “o bem viver”, relações mais justas entre produtores e consumidores, respeito ao meio ambiente e valorização do ser humano na sua integralidade.

2. FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

- Apoio às cooperativas, associações e coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que optarem pelo trabalho coletivo autogestionário;
- Criação de Centros Públicos de Economia Solidária descentralizados nos territórios/regiões das cidades e de Incubadoras Públicas Municipais de Economia Solidária, próprias ou em parcerias e convênios com universidades e institutos públicos e privados;
- Oferta de assessoria administrativa, financeira, jurídica, contábil e em comunicação e comercialização aos coletivos de trabalhadoras/es para formalizá-los como empreendimentos viáveis economicamente;
- Dotar os Centros Públicos de Economia Solidária de estruturas adequadas para comercialização; reuniões, prestação de assessorias e formação, com acesso livre e gratuito a internet e computadores;

- Montagem de cozinhas comunitárias e centros de beneficiamento autogeridos que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de empreendimentos econômicos solidários;
- Criação de bancos comunitários, cooperativas de crédito solidário e fundos rotativos solidários, com fomento aos empreendimentos utilizando microcrédito solidário voltado à estruturação e capitalização dos negócios solidários, com taxas e garantias reduzidas e a fundo perdido;
- Legislação adequada para compras de insumos, cozinhas solidárias, hortas urbanas, fomento à produção de alimento agroecológico e orgânico, apoiando os coletivos de compras conjuntas;
- Apoio às associações e cooperativas de reciclagem por equipes técnicas com atribuição exclusiva e estrutura adequada para dar suporte a catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Lei 12.305/2010);
- Apoio e fomento ao cooperativismo de plataforma através da criação e divulgação de aplicativos e sites destinados a ofertar produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.

3. COMPRAS PÚBLICAS

- Empregar o poder de compra do município no fomento aos produtores locais, em especial daqueles que integram as redes de Economia Solidária de produção, consumo e serviços financeiros;
- Classificar os itens da compra municipal de bens e serviços realizados pelos distintos órgãos do governo segundo a probabilidade de que possam vir a ser atendidos por fornecedores locais, dentro de um marco legal e regulatório bem definido e de baixa contestação.

4. COMERCIALIZAÇÃO

- Destinação de áreas públicas municipais aptas à realização de eventos como Festivais e Feiras da Economia Solidária, que possam abrigar quiosques, lojas, quitandas e cozinhas, entre outros;
- Montagem de cozinhas solidárias autogeridas que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de negócios solidários;
- Priorizar a escolha dos empreendimentos de economia solidária no fornecimento para eventos da gestão municipal.

5. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Elaboração de um plano municipal de economia solidária, com a aprovação de uma legislação própria e adequada no nível municipal;
- Implantação de instrumentos que viabilizem a política de economia solidária, como a criação de um fundo municipal de economia solidária;
- Criação de conselho municipal e/ou apoio a mecanismos de participação social, tais como, fóruns municipais de economia solidária e desenvolvimento local;
- Realização de um diagnóstico socioterritorial para reconhecimento dos atores e necessidades da economia local, assim como a criação de um cadastro municipal de empreendimentos solidários;
- Planejar a evolução para um selo e/ ou identificação visual dos empreendimentos, produtos e serviços da economia solidária e de empresas e instituições que a apoiam no município;

- Transversalidade das políticas, programas e projetos de economia solidária nas diversas áreas de governo, tais como educação, meio ambiente, saúde, segurança alimentar, habitação, assistência social, cultura e esportes.



EDUCAR, INCLUIR E DEMOCRATIZAR

Partindo da consideração de que a educação é um direito humano fundamental, propomos atuar nos seguintes temas:

1. RELAÇÕES FEDERATIVAS, PODER, AUTONOMIA E GESTÃO

A oferta do Ensino Fundamental público é responsabilidade compartilhada entre estados e municípios, fundamentada no equilíbrio entre as capacidades de cada ente federativo. Mesmo assim existe forte pressão por municipalização compulsória, ferindo gravemente, em muitos casos, a premissa de equilíbrio. Já a educação infantil, em creches e pré-escolas, é uma competência prioritária dos municípios e constitui um enorme desafio. Diante da polarizada dinâmica política, social e institucional que vive o País, é imprescindível rever e aperfeiçoar os marcos institucionais, legais e normativos que incidem sobre a oferta educacional no território, a partir das seguintes diretrizes:

- A definição explícita da opção do município por constituir um sistema próprio, manter-se integrado ao sistema estadual (ou, até mesmo, compor um sistema único com o estado), como prevê a LDB;
- A responsabilidade compartilhada, entre estado e municípios, no que diz respeito à oferta do Ensino Fundamental, nos termos da Constituição e da LDB;
- Regular em lei a representatividade, a transparência, os meios de funcionamento, as atribuições específicas, a regularidade da composição democrática e plural, com segmentos de representação e mandatos definidos e limitados nas instâncias e órgãos colegiados (desde as unidades escolares até as instâncias mais elevadas de regulação e de pactuação), suporte orçamentário, estrutura física e de pessoal qualificado, visando assegurar os

princípios irrenunciáveis de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;

- Tais legislações, por consequência, devem instituir e regular os conselhos, fóruns, as equipes de gestão, os comitês e grupos de trabalho temáticos, as conferências, os planos de educação, as relações intersetoriais e interinstituições envolvidas, a constituição de consórcios públicos, etc.;

- Atualizar e agir para institucionalizar e regulamentar as interações com as instâncias de pactuação com os estados, suas representações em delegacias, superintendências, diretorias regionais ou equivalentes, comitês e comissões bipartites incidentes sobre oferta educacional no município;

- Incidir no debate sobre: a função redistributiva e supletiva da União; a regulamentação do SNE em lei complementar; a colaboração entre estado e municípios e intermunicipal para efetivação do direito à educação; o piso constitucional da educação; as leis estaduais que dispõem sobre os critérios de repartição da cota-parte municipal do ICMS vinculados a indicadores educacionais; e os obstáculos fiscais e orçamentários para efetivação do direito à educação.

2. DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO, DA GESTÃO EDUCACIONAL

- Garantir no exercício da sua autonomia como entes federados, formas para assegurar a gestão democrática na educação, com o envolvimento efetivo da comunidade escolar;

- Fortalecer o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e o Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, os Conselhos Escolares, os grêmios estudantis e as associações de pais e mães;

- Aprova lei municipal que garanta a gestão democrática da educação pública, com participação da comunidade na escolha dos dirigentes;
- Compreender a escola como espaço de solução de conflitos e divergências através de um ambiente de diálogo acolhedor;
- Para promover a democratização da escola, a superação da violência e a valorização da vida é fundamental a integração da comunidade no ambiente escolar, com oferta de ações esportivas, culturais e de lazer.
- Implementação dos planos de carreira dos profissionais da educação, com observância do Piso Salarial como valor inicial da matriz salarial e destinação de no mínimo 1/3 da carga horária docente contratada à atividade extraclasse;
- Recomposição do quadro dos profissionais da educação escolar por meio de concursos públicos, reduzindo o quadro de profissionais temporários;
- Instalar mesa de negociação coletiva de caráter permanente, com representantes da gestão municipal e de sindicatos, para tratar da valorização profissional, carreira, salário, condições de trabalho e políticas de saúde;
- Propor políticas que promovam a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação;
- Investir no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes das secretarias de Educação;
- Formação permanente e sistemática de educadores (as), especialmente em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;

- Assegurar formação dos profissionais da educação para a inserção qualificada das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem, priorizando-se a utilização de softwares e plataformas digitais livres, públicas e gratuitas;
- Promover concurso e formação específica para as escolas do campo, indígenas e quilombolas, para a educação especial na perspectiva inclusiva, para a educação bilíngue de surdos e para a educação de jovens e adultos;
- Investir em formação continuada para gestores escolares, numa perspectiva democrática, nas dimensões pedagógica, administrativa e humana;
- Investir na formação continuada para profissionais educação numa perspectiva democrática e inclusiva, contra toda forma de preconceito.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL, ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL

- Assegurar o atendimento integral da demanda manifesta por creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos, realizando busca ativa, eliminando as filas de espera e atendendo às metas dos planos de Educação;
- Compreender a criança como sujeito de direitos, buscando atingir seu desenvolvimento integral, desde a primeira infância;
- Atender aos indicadores de qualidade da Educação Infantil;
- Regular a oferta privada de educação Infantil, com credenciamento e avaliação sistemática das instituições de ensino;
- Ampliar os investimentos públicos em Educação Infantil;
- Garantir o atendimento curricular da educação infantil em sintonia com os acúmulos científicos da área e as DCNEIs;

- Garantir o acesso às políticas e programas do MEC e FNDE;
- Aderir ao Programa Escola em Tempo Integral;
- Garantir atendimento educacional que respeite os direitos fundamentais das crianças: à vida, à alimentação saudável, salubridade, conforto e segurança;
- Assegurar padrão mínimo de infraestrutura nas unidades educacionais para atividades pedagógicas e culturais, respeitando as especificidades de cada comunidade ou território;
- Regulamentar, no âmbito municipal, relação de crianças e adolescentes por turma e por professor (CONAE 2024);
- Aderir ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e compreender os anos iniciais do Ensino Fundamental como espaço-tempo decisivo da alfabetização na idade certa;
- Mapear, dos iniciais aos anos finais do Fundamental, estudantes em situação de vulnerabilidade, e construir, em regime de colaboração, ações de assistência estudantil, de modo a assegurar a permanência na escola;
- Qualificar o processo de gestão democrática nas escolas e fomentar os processos endógenos de avaliação.

4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- Promover Chamada Pública para ampliar o acesso à alfabetização e à EJA;
- Articulação das políticas públicas de trabalho e educação com ações de inclusão socioproductiva adequadas ao público alvo;
- Mapear categorias profissionais cuja maioria apresenta baixa escolaridade e organizar ações ajustadas à sua realidade;

- Resgatar a memória cultural por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal e da ciberarte;
- Retomar o projeto da escola pública popular, dotada de banda larga e plataforma pública, como espaço que permita conhecer a história do lugar, identificando a vida e o trabalho que produz a vida neste lugar.

5. EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA

- Reverter, sempre que constatado em nível municipal, o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- Construir Centros de Educação Infantil adequados à realidade dos povos do campo e quilombolas, com diferentes espaços de vivência para as crianças;
- Garantir transporte escolar para as crianças e jovens do campo e quilombolas, quando necessário;
- Garantir pessoal e materiais de consumo, didático e pedagógico necessários para os Centros de Educação Infantil do Campo;
- Garantir equipe multiprofissional através de políticas intersetoriais (psicólogo, médico, dentista, fonoaudiólogo, pedagogo, fisioterapeuta, assistente social...) para fazer o acompanhamento das crianças, educadores e famílias;
- Construir, reformar e ampliar Escolas
- Assegurar melhoria da qualidade do transporte escolar;
- Assegurar a melhoria e manutenção das estradas utilizadas para o transporte escolar, de maneira que garanta a efetivação dos

200 dias letivos, a começar pelos assentamentos da reforma agrária;

- A partir de georreferenciamento, ampliar política específica de valorização para os profissionais que vivenciam dificuldades de deslocamento às escolas do campo reconhecidas como de difícil acesso ou difícil provimento;
- Garantir a aquisição da alimentação escolar conforme a Lei 11.947/2009, que define que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal sejam destinados à produção da Agricultura Familiar aumentando para um percentual de 70%.
- Assegurar o direito das crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo e quilombolas de estudarem no local em que vivem.

6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

- Implantação ou atualização/manutenção de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas das redes municipais para a oferta do Atendimento Educacional Especializado;
- Transporte escolar acessível, compreendendo o acesso às escolas urbanas, do campo e quilombolas;
- Espaços escolares com acessibilidade plena;
- Aprendizado de braille, escrita alternativa, formatos de comunicação aumentativa e alternativa, recursos de tecnologia assistiva, habilidades de orientação e mobilidade;
- Aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e demais condições para a oferta da educação bilíngue nas escolas das redes municipais;

- Ações intersetoriais para o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da frequência à escola dos estudantes com deficiência, beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, entre outras políticas públicas;
- Parcerias com universidades, instituições e outros centros de pesquisa e formação com vistas ao desenvolvimento de estudos, metodologias e inovação tecnológica para a acessibilidade e o avanço dos processos de ensino e aprendizagem;
- Fortalecimento da participação das famílias e da comunidade na construção do sistema educacional inclusivo;
- Ações de combate ao capacitismo e em favor da educação inclusiva.

7. SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

- Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;
- Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens;
- Processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças;
- Valorização das identidades sociais e culturais presentes nos territórios;
- Perspectiva de educação inclusiva, que considere características cognitivas, experiências culturais, especificidades e necessidades dos estudantes;

- Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;
- Formação continuada dos funcionários e funcionárias das escolas;
- Assegurar que a formação dos trabalhadores em educação e a abordagem curricular relativa aos direitos humanos tratem da cultura da paz e da prevenção de todas as formas de preconceito e violência em relação aos negros, às mulheres e à comunidade LGBTQIAPN+;
- Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação;
- Fortalecimento do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena;
- Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;
- Articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
- Elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais, a serem acompanhados em reuniões sistemáticas;
- Integração de ações educacionais nos territórios, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e inter secretarias e unidades escolares;
- Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas dificuldades e, principalmente, suas possibilidades;

- Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.



DESAFIOS ENERGÉTICO NAS CIDADES

1. POBREZA ENERGÉTICA

- Garantir o acesso universal a serviços energéticos essenciais e adotar fontes mais limpas e sustentáveis;
- Universalizar o acesso ao gás de cozinha para famílias de baixa renda, pois um botijão de gás (GLP) chega a comprometer, em algumas cidades, cerca de 11% da renda de uma família que ganha meio salário mínimo por mês;
- Ampliar o emprego de alternativas sustentáveis de cocção, com uso de fogões solares, elétricos e a gás natural.

2. GOVERNANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Valorizar a gestão energética com uma governança bem estruturada e coordenada entre os atores do setor, de modo a permitir a adoção de decisões estratégicas para uso racional;
- Criar uma subsecretaria municipal de transição energética e mudança climática nas grandes cidades a fim de acompanhar as transformações energéticas e as emissões do município;
- Estabelecer uma governança energética municipal para que se tenha inteligência energética, eficiência no consumo e redução dos gastos com energia no município;
- Apoio à implementação de tecnologias que permitam maior inteligência na gestão das cidades, com um plano para a criação de uma rede elétrica inteligente (smart grid) que inove a rede de semáforos e faça sensoramento do sistema de iluminação pública de forma a reduzir o tempo de resposta e recuperação do fornecimento em caso de eventos climáticos extremos;

3. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Adotar tecnologias mais eficientes, como lâmpadas de LED e sistemas de gestão inteligente, de modo a reduzir o consumo e os gastos com manutenção, melhorar a qualidade da iluminação e dar mais segurança aos espaços públicos mais seguros;



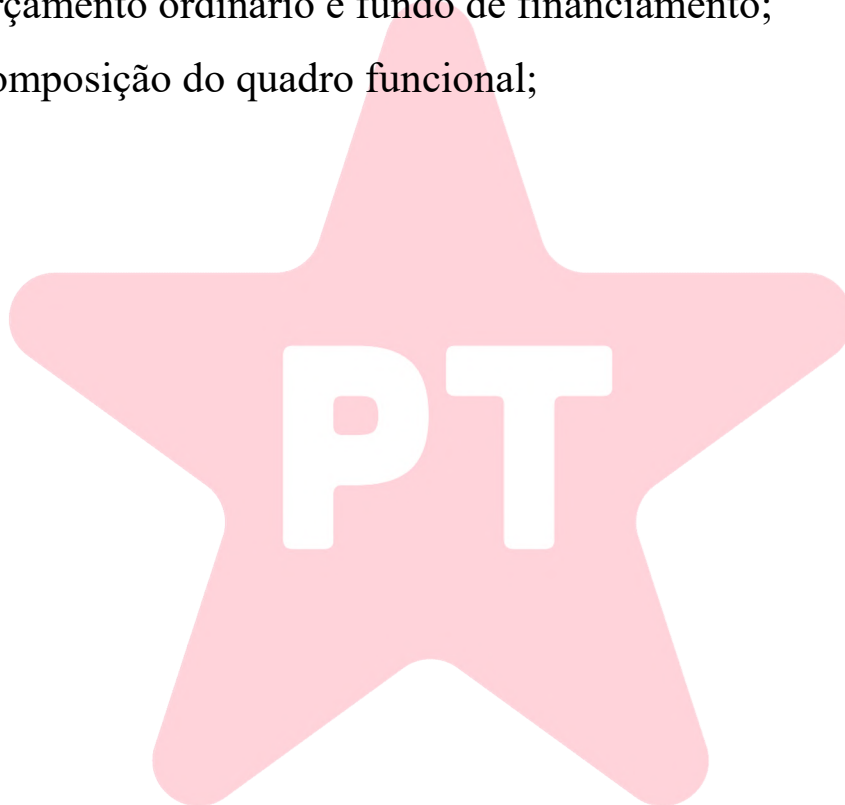
ESPORTE E LAZER, DIREITO PRA VALER!

1. SÃO DIRETRIZES PARA LEVANTAR A BOLA DA CIDADANIA:

- Elaborar, desenvolver e fiscalizar políticas, programas e ações de Esporte e Lazer includentes, de valorização coletiva e individual, com respeito às diferenças;
- Desenvolver ações esportivas e de lazer que deem ênfase à promoção das infâncias e juventudes do município, invertendo tendência dominante de se fazer representar em competições esportivas regionais e estaduais por jovens de outras localidades, tão somente por seu maior potencial de rendimento esportivo;
- Desenvolver políticas de construção, manutenção e inovação de equipamentos e espaços públicos para práticas esportivas e recreativas, dando vazão a interesses socioculturais passíveis de serem assimilados como exercício de cidadania;
- Desenvolver ou qualificar os governos eletrônicos (e-Govs) e as páginas virtuais oficiais das administrações públicas como desafio de modernização da gestão do Esporte e Lazer a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Fomentar o desenvolvimento de distintas culturas corporais como ocupação lúdica, crítica e criativa do tempo livre nos esportes, na ginástica, no jogo, na dança, no skate e na luta, em especial na capoeira e no futebol, fenômenos da identidade nacional;
- Elaborar ações intersetoriais com as áreas de Saúde e Segurança, por meio de programas que visem desenvolver o hábito de práticas corporais periódicas (Academia da Saúde, entre outras), com acesso da população em geral ao Esporte nos ambientes escolar e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução dos índices de violência;
- Fazer um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer, contemplando: o levantamento de informações populacionais, com

as devidas segmentações; as oportunidades e os interesses no campo das políticas públicas da área, incluída a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local;

- Criar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, assegurando a aplicação dos requisitos para seu funcionamento:
- Estrutura administrativa;
- Conselho representativo e consultivo;
- Orçamento ordinário e fundo de financiamento;
- Composição do quadro funcional;



ESTADO, DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO MUNICIPAL

1. PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Desenvolver o tema da Democracia Participativa, englobando o Orçamento Participativo (OP), os movimentos sociais, os conselhos municipais (setoriais e temáticos), as conferências municipais e as audiências públicas, entre outras formas de participação. Tal sistema participativo requer que haja mecanismos de interação e integração entre os mesmos, dos programas de divulgação e formação e criação de estrutura administrativa responsável por sua gestão, todos convergindo para uma relação cooperativa com os poderes Executivo e Legislativo.
- Desenvolver um processo de participação direta, voluntária e universal dos cidadãos, com caráter deliberativo no âmbito de suas competências. Deve ter forma presencial, mas também possibilidade de participação por meio de tecnologias digitais. Com a instituição do Orçamento Participativo, deve-se propiciar maior poder de participação direta da população na definição da ação governamental. Com isso, haverá maior participação popular na definição das prioridades na alocação de recursos e cogestão da cidade. O fortalecimento da democracia participativa deve, assim, possibilitar a renovação de lideranças populares de maneira permanente.
- Discutir todo o orçamento: receita e despesa, e a alocação dos recursos para as políticas públicas com acesso ao conjunto das informações, pois é necessária uma visão de totalidade para a tomada de decisões, e garantir a auto-regulamentação do processo do Orçamento Participativo pelos próprios participantes. Um regulamento deve estabelecer as regras do processo de democracia e planejamento participativos, quais sejam: (a) metodologia de planejamento participativo para a decisão de prioridades da população na escolha dos temas e programas de desenvolvimento, obras e serviços públicos regionais e de abrangência geral da

cidade; (b) critérios objetivos de distribuição de recursos entre as regiões, visando diminuir as desigualdades entre elas; (c) composição, forma e proporcionalidade na representação de delegados e conselheiros; (d) as etapas do processo do OP.

- Transparência e prestação de contas do governo sobre tudo que for decidido no Orçamento Participativo. Para que o OP seja um processo de participação popular com caráter deliberativo, tenha credibilidade, transparência e controle social sobre a execução do orçamento, faz-se necessária a publicação de um Plano de Investimentos e Serviços com todas as decisões tomadas pela população, em conjunto com o governo, e prestação de contas periódicas à população.

- O Plano Plurianual – planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para quatro anos de governo deverá ser elaborado com a participação da população. Este debate deve abranger também os desafios para a formulação dos novos projetos para o desenvolvimento harmônico e social da cidade.

2. DIREITO À CIDADE E IGUALDADE RACIAL

- Levar em conta o ambiente de polarização de cada contexto e município em específico e utilizar as redes sociais e formas de difusão da informação em acordo com o perfil de cada grupo com o qual as campanhas buscam se comunicar;

- Para a juventude e movimentos culturais de juventudes negras (RAP, grafite, música, teatro, dança), e também os grupos esportivos, é cada vez mais necessária uma comunicação a partir de pautas e interesses comuns regional e internacionalmente;

- Fundamentar o discurso a partir do conhecimento da realidade da organização dos grupos e coletivos, assim como suas redes e formas de diálogo e intercâmbio;

- Levar em conta que a lógica de organização das cidades brasileiras ao longo da história foi racializada, com os espaços de subalternidade mantidos e ausência de infraestrutura e acesso a direitos reservados para as pessoas negras e pobres;
- Promover o debate sobre direito à cidade levando em conta a sua sobreposição com os temas dos direitos sociais básicos;
- Avançar propostas para a melhoria de acesso das pessoas negras a equipamentos sociais de promoção de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, bem como moradia e saneamento básico, especialmente em comunidades periféricas;
- Destacar memória e patrimônio, de modo a combater o apagamento e esquecimento da participação das pessoas, instituições, organizações e movimentos culturais negros na evolução histórica das cidades;
- Fazer a defesa da liberdade religiosa, em especial das religiões de matriz africana, explicitando a luta de um povo que resiste na defesa de sua forma de viver o sagrado, a justiça e o direito como parte da dinâmica social.

3. DIFUSÃO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

- É indispensável aprofundar o conhecimento do contexto local em seus aspectos histórico, cultural e social, considerando suas formas de organização e hierarquias, estruturação de relações institucionais; equipamentos sociais e redes de apoio;
- É fundamental utilizar os dados gerados pelos institutos de oficiais de pesquisa para melhor conhecer a distribuição da população por raça, gênero, escolaridade, emprego/renda e demais indicadores sociais da cidade, assim como outros dados que possam ser acessados com ajuda do Censo e outras pesquisas;

- Desconstrução de informações falsas (fake news) utilizadas por conservadores intolerantes;
- Catalização da energia produtiva de movimentos sociais, culturais e esportivos em prol de mais cidadania e igualdade racial.

4. FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Estimular a busca constante do diálogo dos coletivos e movimentos sociais com as instituições dos setores público, privado e do “terceiro setor” mirando a ampliação da cidadania;
- Compreender que a juventude atual é nativa digital e tem um acesso à informação potencializada pelo uso de redes de dados;
- Entender, incorporar e representar os anseios e demandas sociais dessas camadas e seus desejos de uma nova cultura política participativa, pois a juventude negra deve ser vista como partícipe política e parceira na busca por equidade;
- Enfrentamento de todas as formas de violência que pesam contra a juventude negra periférica, articulando a promoção das potencialidades locais com mudanças nas políticas de segurança.
- As políticas de defesa de direitos humanos, de justiça e de segurança precisam estar articuladas, visando a proteção à vida e a segurança de ativistas (negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros segmentos).

5. PLANOS MUNICIPAIS DE IGUALDADE RACIAL

- Apoiar o Estatuto da Igualdade Racial, que estabeleceu o Sistema Nacional de Igualdade Racial (SINAPIR), para estruturar e articular as políticas voltadas à superação do racismo;

- Traduzir na comunidade local, por adesão dos municípios, as iniciativas do governo federal por meio de programas nacionais;
- Criação de órgãos e conselhos municipais de promoção de igualdade racial, articulando em rede a defesa dessas políticas;
- Incentivar, apoiar e valorizar candidaturas de mulheres negras, quilombolas, indígenas e homens negros é uma urgência.

6. PROPOSTAS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

- Promover a criação e implementação do conselho democrático municipal com caráter propositivo e deliberativo destinado à promoção da cidadania e direitos humanos da população LGBTQIAPN+;
- Promover a realização das conferências municipais dos direitos da população LGBTQIAPN+;
- Garantir a inclusão de políticas públicas destinadas à população LGBTQIAPN+ no processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Criar programas de habitação que garantam o acesso a moradias seguras e acessíveis para a comunidade LGBTQIAPN+, com foco especial em jovens desabrigados, idosos e transgêneros que enfrentam altos níveis de vulnerabilidade habitacional;
- Instituir um Fundo Municipal de Fomento a Políticas Públicas LGBT, destinado a financiar iniciativas e programas que promovam os direitos e a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+.
- Implementar programas contínuos de capacitação para todos os servidores públicos municipais, especialmente aqueles que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social, para garantir um

atendimento respeitoso, inclusivo e consciente das especificidades da comunidade LGBTQIAPN+.

- Instituir programa de assistência às pessoas LGBTQIAPN+ em situação de violência e/ou vulnerabilidade social.



MEIO AMBIENTE TRANSIÇÃO E ECOLÓGICA

1. PRODUZIR E PRESERVAR: INCLUSÃO SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Estimular projetos de hortas urbanas e periurbanas, com produção de alimentos saudáveis para o sustento das famílias e comercialização do excedente em feiras locais;
- Instalação de agroindústrias para processar a produção local, o fomento aos sistemas agroflorestais e extrativismo sustentável da biodiversidade;
- Desenvolver cadeias produtivas da socio-biodiversidade, notadamente aquelas voltadas para a produção de fármacos, cosméticos e alimentos agroextrativistas.
- Plantar árvores, criar praças e parques urbanos, reconectar áreas verdes e recuperar os ecossistemas urbanos e rurais, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente;
- Essa tarefa demanda a instalação de viveiros e a produção de mudas, ativando inúmeras atividades, como a de coletores de sementes que em muitos lugares poderá ser feita com a participação de extrativistas, indígenas e agricultores familiares;
- Aproximar e engajar comunidades urbanas e rurais, fortalecendo a manutenção da vegetação nativa, das unidades de conservação, das terras indígenas e dos sistemas agroflorestais.

2. SANEAMENTO PÚBLICO E GESTÃO DE ÁGUAS

- Fortalecer os Comitês de Bacias e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, combatendo o “elitismo regulatório” e fortalecendo a participação dos setores usuários na definição de políticas e prioridades para o sistema de modo a evitar a apropriação privada da água bruta;

- Valorizar os planos de bacia hidrográfica em seu caráter normativo sobre o planejamento dos usos dos recursos hídricos;
- Recuperação e preservação de fontes de abastecimento mediante projetos e campanhas a partir de uma visão integrada de manejos de solo e água com utilização de tecnologias sociais e ampla participação comunitária;
- Desenvolver Plano Municipal de Resíduos Sólidos, com fechamento de lixões e construção de aterros sanitários;
- Implantação de programas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, além da logística reversa nas cadeias produtivas de geração de resíduos, em especial eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e embalagens;
- Mudar o modelo dos serviços de drenagem pluvial urbana, que tem como premissa as grandes obras, a exemplo de piscinões, como base do planejamento das grandes cidades;
- Desenvolver modelo alternativo à macrodrenagem e exclusão dos cursos d'água da paisagem e do cotidiano da cidade, que levam ao aterramento de nascentes e brejos; canalização dos cursos d'água para transformação em ruas e avenidas; supressão das matas e vegetação e consequente impermeabilização do solo;
- Desenvolver uma nova cultura de recuperação da permeabilidade do solo por meio de ações estruturais e não estruturais de microdrenagem para reduzir o escoamento superficial e direcioná-lo às microbacias onde essa vazão irá trazer benefícios ambientais, à saúde, às moradias e preservação de vidas;
- Incorporar nas políticas públicas Soluções baseadas na Natureza (SbN), infraestruturas verdes e azuis no espaço urbano com ações que aumentam a permeabilidade do solo e diminuem a velocidade de escoamento das águas das chuvas
- Desenvolver redes multifuncionais de criação de áreas de preservação e incentivo a construções como telhados verdes,

parques ciliares, construção familiar ou condominial de captação de água de chuva, reuso de águas cinza e jardins filtrantes;

- Educação ambiental para a transformação ecológica



VALORIZAÇÃO DAS MULHERES

1. ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA

- Combater todas as formas de violência de gênero: física, psicológica, sexual, doméstica, patrimonial, familiar, laboral e política;
- Enfrentar o feminicídio e garantir autonomia pessoal e econômica àquelas mulheres que demandam serviços desta natureza;
- Integrar e potencializar o funcionamento dos serviços existentes em âmbito local, articulando-os com as redes da região, do Estado e do País: prontos socorros, polícia militar, guarda civil, assistência social, justiça, defensoria pública, unidades de saúde e rede hospitalar, IML, casas de abrigo e outros equipamentos;
- Estabelecer parcerias com o Ministério das Mulheres para a construção de Casas das Mulheres Brasileiras, sendo uma alternativa nos pequenos municípios a articulação regional por meio de consórcios;
- Instituir políticas, programas e ações intersetoriais de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, preconceito e discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero;
- Disseminar uma cultura não discriminatória e capacitar os operadores da segurança pública nas questões referentes às relações de gênero, violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha;
- Garantir o acesso ao auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social;
- Atender os agravos decorrentes da violência sexual conforme o estabelecido na Norma Técnica de Atendimento do Aborto legal;

- Ter uma rede de saúde capacitada para fazer o primeiro acolhimento, incluindo um Instituto Médico Legal (IML) que funcione adequadamente, para que as mulheres possam fazer o exame pericial;
- Associar o município à campanha Brasil sem Misoginia lançada pelo Ministério das Mulheres em outubro de 2023;
- Combater a violência política de gênero e fortalecer a presença das mulheres nas eleições, numa perspectiva de que teremos mais democracia se tivermos mais mulheres na política; valorizar as ações afirmativas, em especial a política de cotas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O CUIDADO

- Aplicar as diretrizes da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados;
- Cuidar de quem cuida, estabelecendo uma ampla rede de serviços públicos como creche, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos, centros para pessoas idosas e outras iniciativas adequadas à capacidade financeira do município;
- Promover campanhas que abordem a importância da divisão do trabalho doméstico e de cuidados.

3. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

- Fortalecer no município o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em todas as fases de suas vidas - da gestação ao parto e ao puerpério -, levando em conta a diversidade do universo feminino e respeitando o corpo e as decisões das mulheres;

- Garantir o planejamento reprodutivo e o acesso aos métodos contraceptivos, inclusive a contracepção de emergência, e ampliação da oferta de consultas e exames ginecológicos;
- Adotar ações visando reduzir a inaceitável alta taxa de mortalidade materna no período de gravidez, parto e pós parto;
- Enfrentar a violência obstétrica, capacitando profissionais de Saúde para que isso não ocorra; promover campanhas de informação para que a população conheça esse tipo de violência e criar espaços de acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência obstétrica;
- Fortalecer ações que garantam o exercício dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, não criminalizando nem subjugando as mulheres, com respeito à autonomia de decisão, de acordo com a lei.

4. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Apoiar a organização de mulheres que trabalham como ambulantes e vendedoras a domicílio como meio para ampliar a renda e obter garantias previdenciárias e sociais;
- Realizar campanhas de valorização da mulher trabalhadora, do emprego doméstico remunerado e de incentivo à formalização do trabalho feminino;
- Promover a coleta seletiva com inclusão e remuneração das cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis pela prestação de serviços públicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações vigentes;
- Oportunidades de participação em cursos técnicos profissionais.

5. CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE

- Promover ações junto às escolas e demais equipamentos do município visando a igualdade de gênero;
- Garantir nos programas de formação de profissionais e gestores públicos a presença da temática de gênero, raça, etnia e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos;
- Promover a universalização da alfabetização das mulheres e priorizar a educação de qualidade em tempo integral, com a construção de creches, incluindo horários estendidos para atender mães e pais que trabalham no período noturno, ou em turnos de longa duração;

6. CONTROLE, PARTICIPAÇÃO E EXECUÇÃO

- Garantir a igualdade de oportunidades de participação das mulheres em todas as modalidades e de eventos culturais patrocinados e/ou promovidos pelo município por meio de mostras, intercâmbio e ações de difusão das manifestações culturais e artísticas das mulheres;
- Fomentar e apoiar iniciativas culturais que resgatem a memória, os saberes e fazeres das mulheres, valorizando a cultura popular e ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações.
- Criação de Conselhos Municipais de Mulheres, com a participação feminina, assegurada a diversidade de representação;
- Realização de conferências municipal de mulheres, assegurando um amplo processo de participação desde a preparação;

- Criação de uma Secretaria Municipal de Mulheres com verba própria e equipe técnica adequada ao atendimento das demandas;
- Capacitar a Secretaria para que ela seja responsável pela elaboração, articulação e acompanhamento da implementação das políticas no município, garantindo a transversalidade com outras áreas.



PESSOA IDOSA

PT

1. REDE DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

- O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são a principal rede de proteção socioassistencial e de saúde da população idosa nos municípios;
- Os serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e o CadÚnico estão aptos a receber importantes aportes de recursos para as prefeituras, oriundos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- As secretarias municipais de Assistência Social devem aplicar os procedimentos da Portaria Nº 886 do MDS, que instituiu regras para a execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do SUAS autorizadas pela Lei Orçamentária de 2023 com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126 de 2022, visando a recuperação dos serviços dos CRAS e CREAS;
- Devem qualificar e fortalecer o CadÚnico como tecnologia social de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade;
- As secretarias municipais de Assistência Social; de Saúde e de Direitos Humanos, em colaboração intersetorial, são as instâncias responsáveis por
- Implantar e manter os equipamentos socioassistenciais integrados, como:
 - Centros Dia para Pessoas Idosas;
 - Centros de Convivência para Pessoas Idosas ou Núcleos de Convivência;
 - Centros de Convivência Intergeracional;

2. REDE DE ATENÇÃO

- Instituições de longa permanência para a pessoa idosa, públicas e contratadas com instituições filantrópicas;
- Centros de acolhida para a população em situação de rua em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos.

3. À SAÚDE DA PESSOA IDOSA (RASPI)

- As Secretarias Municipais de Saúde são gestoras da política do SUS de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, implantadas no território através das Unidades Básicas de Saúde – UBSs;
- As UBSs são a porta de entrada da população idosa para o atendimento de saúde nos municípios;
- Os serviços de saúde para a população idosa precisam de uma repactuação dos recursos do SUS, a partir da análise concreta dos custos e benefícios da terceirização de grande parte da Atenção Básica para Organizações Sociais nos municípios;
- 78% dos idosos dependem do SUS, sendo preciso dar ênfase ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa;
- Farmácia Popular com medicamentos de baixo e alto custo e insumos disponíveis como fraldas geriátricas;
- Programas de saúde bucal para a pessoa idosa;
- Incluir idosos com demência na Rede de Saúde Mental;
- Programas do SUS como Estratégias de Saúde da Família; “Saúde em Casa” e programas de cuidado domiciliar para idosos que moram sozinhos;
- Promoção de atividades físicas e esportivas.

4. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

- Promoção da mobilidade e acessibilidade das pessoas idosas em todas as áreas urbanas;
- Promoção da visibilidade e reconhecimento da pessoa idosa em cada local da cidade como uma cidade acolhedora;
- Garantia da gratuidade e reserva de dois assentos no transporte rodoviário interestadual conforme o Decreto 5.130/2004;
- Garantia da gratuidade nos transportes urbanos em ônibus, metrô e trem aos idosos a partir de 60 anos

5. EDUCAÇÃO

- Programa especial de alfabetização de idosos, haja vista que a maioria dos analfabetos tem 60 anos ou mais;
- Programas de inclusão digital;
- Programas de atualização, formação e capacitação para inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Promoção de campanhas educacionais contra a violência, o idadismo e todos os tipos de preconceito contra a pessoa idosa.

POLÍTICAS DE CUIDADO

1. DIREITO A CUIDADOS PARA TODOS QUE NECESSITAM

O direito ao cuidado, entendido como um direito universal, deve ser efetivado de forma progressiva e sem retrocessos, por meio de um conjunto de ações, objetivos e metas dirigidos tanto às pessoas que necessitam de cuidados quanto às pessoas que cuidam, a partir de públicos prioritários. São eles:

- Crianças e adolescentes, com atenção à 19 infância;
- Pessoas idosas que necessitam de assistência, apoio e auxílio para realizar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- Pessoas com deficiência que necessitam de assistência, apoio e auxílio para desenvolver as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- Trabalhadores/as remunerados e não remunerados do cuidado.

O atendimento das necessidades de cuidados deve levar em conta as desigualdades estruturais de renda, gênero, raça, etnia, territoriais e deficiência existentes no interior desses grupos, assim como suas interseccionalidades. Isso deve estar refletido tanto no diagnóstico das necessidades de cuidado quanto no desenho das ofertas de cuidado pelo setor público, incluindo objetivos, metas, ações, indicadores e orçamento.

Entre os serviços e benefícios dirigidos a garantir o direito ao cuidado para as pessoas que dele necessitam e, ao mesmo tempo, liberar o tempo das mulheres que cuidam, destacam-se:

- Extensão da cobertura e ampliação das jornadas das creches e da educação infantil;

- Salas de acolhimento no período noturno e fins de semana para filhos e filhas de mães e pais que estudam ou trabalham nesses horários;
- Atividades de contraturno escolar;
- Criação e expansão da cobertura de serviços de atenção domiciliar, centros e instituições de longa permanência para pessoas idosas e com deficiência;
- Transferências monetárias para a contratação de serviços de cuidado;
- Definição e fiscalização de parâmetros de qualidade para serviços públicos e privados de cuidado;
- Ampliação do acesso a tecnologias assistivas.

2. PROMOVER O TRABALHO DECENTE NO SETOR DOS CUIDADOS

Apesar da sua importante função social e econômica, o trabalho remunerado de cuidados continua marcado por baixos salários, precarização, informalidade, desproteção social, barreiras à organização sindical e à negociação coletiva. Avançar na promoção do trabalho decente no setor é fundamental através de:

- Programas de elevação da escolaridade, capacitação e formação profissional;
- Campanhas de sensibilização e estímulo à criação de espaços e processos de diálogo social e negociação coletiva relacionados à valorização e à promoção dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado, em especial as trabalhadoras domésticas, incluindo as diaristas;

- Políticas públicas destinadas às trabalhadoras domésticas remuneradas, como garantia de acesso a creches para seus filhos/as e direito à moradia;
- Fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas no setor de trabalho doméstico;
- Estabelecer mecanismos para denúncias de violação de direitos de trabalhadores/as remunerados do cuidado;
- Desenvolver planos e ações de prevenção do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à escravidão no trabalho doméstico e de cuidados.

3. COMPATIBILIZAR O TRABALHO REMUNERADO E AS RESPONSABILIDADES FAMILIARES E DE CUIDADO

É fundamental que a organização do trabalho nas empresas e nas instituições públicas reconheçam a necessidade e o direito de seus trabalhadores, mulheres e homens, de compatibilizar o exercício do trabalho remunerado com as suas responsabilidades familiares de cuidado e o autocuidado. Entre as ações possíveis de serem implementadas pelos governos municipais estão:

- Instalação de espaços de aleitamento materno e acolhimento de crianças nas instalações de entidades públicas;
- Instituição e ampliação nas secretarias e órgãos públicos de licenças para cuidar (maternidade, paternidade, parentais, de acompanhamento de familiares que necessitam cuidados etc.), considerando a pluralidade dos arranjos familiares;
- Fomento ao debate e estímulo a empresas que adotem políticas internas que promovam a compatibilização entre o trabalho remunerado e as necessidades familiares de cuidados, incluídos tempos e licenças para cuidar;

- Fomento ao debate e estímulo a empresas que promovam ações de responsabilidade social em cuidados.

4. TRABALHO NÃO REMUNERADO DE CUIDADOS

São necessárias ações dirigidas às pessoas que realizam trabalhos não remunerados no interior das suas famílias, em especial as mulheres de baixa renda, negras e periféricas, com o objetivo de diminuir a sobrecarga desse trabalho e eliminar barreiras de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à vida pública:

- Programas de aumento de escolaridade, formação e qualificação profissional;
- Expansão de equipamentos públicos para os cuidados indiretos (lavanderias coletivas, cozinhas solidárias, restaurantes populares, cisternas, quintais produtivos, hortas comunitárias);
- Medidas que facilitem o acesso a equipamentos e eletrodomésticos para o trabalho de cuidado em casa (exemplo: máquina de lavar roupa);
- Programas de inclusão econômica e produtiva para cuidadoras não remuneradas.

5. CULTURA DE CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E DE GÊNERO

A transformação da atual organização social dos cuidados, que é injusta e desigual, exige um intenso trabalho de transformação cultural visando promover a divisão da responsabilidade pela provisão dos cuidados entre homens e mulheres no interior da família, na comunidade e na sociedade

(corresponsabilização de gênero) e entre a família, a comunidade, o Estado, o mercado e as empresas (corresponsabilização social). Entre as ações que podem ser desenvolvidas nesse sentido, estão:

- Campanhas públicas sobre a importância do cuidado para a economia e para a sociedade;
- Campanhas públicas estimulando a corresponsabilização dos homens pelos cuidados;
- Incluir o tema dos cuidados nas escolas de governo e programas de formação e capacitação de gestores e gestoras;
- Ações de conscientização sobre a necessidade de corresponsabilização pelo trabalho de cuidados e a paternidade responsável nos serviços públicos municipais, assim como nas empresas fornecedoras do município;
- Inclusão do tema dos cuidados no sistema educacional.

SAÚDE COMO DIREITO E A DEFESA DO SUS

As ações e serviços de saúde no município devem ter como princípio a garantia da saúde como direito humano, constitucional e de responsabilidade do Estado, com recursos adequados para o financiamento do SUS. Devendo ser garantido o desenvolvimento humano na sua integralidade, as condições e as escolhas de vida. Do nascer ao envelhecer, deve-se respeitar as especificidades de gênero, classe social, raça, etnia, religião e de trabalho. São diretrizes para nosso mandato:

- Expandir e fortalecer a Atenção Básica, com o reforço da Estratégia Saúde da Família e da reorganização dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF/e-multi), além da expansão da quantidade de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), garantindo condições de acolhimento humanizado da população aos serviços desde seus locais de moradia e trabalho;
- Garantir acesso à Rede de Atenção Especializada, implantando o “Mais Acesso a Especialistas”, e demais políticas emanadas do Ministério da Saúde, para superar gargalos e filas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivos;
- Informatizar a Rede, com uso de Telessaúde, integrando-a à atenção básica e outros serviços do SUS;
- Garantir a responsabilidade do Estado na proteção, prevenção de doenças e promoção da saúde com ações de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição.
- Proteger a saúde do trabalhador e da trabalhadora para regular, investigar, monitorar e fiscalizar a saúde humana e ambiental, com reconhecimento das dinâmicas dos territórios e vigilância participativa.

- Ampliar o Programa Nacional de Imunizações, com ampla mobilização e ampliação de investimentos que garantam cobertura superior a 95% da população, ao mesmo tempo desenvolvendo estratégias que combatam as fake news e o movimento antivacina;
- Enfrentar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com prioridade para o câncer e as enfermidades cardiovasculares, com medidas e ações preventivas e diagnóstico precoce;
- Implementar em toda a rede de urgência as Linhas de Cuidado para atenção integral às vítimas de AVC, Infarto Agudo do Miocárdio e Trauma;
- Nortear as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças com o resgate de políticas públicas que atuem sobre os principais fatores de risco e estimulem a alimentação saudável, a atividade física e o controle da diabetes, o controle da hipertensão arterial, do tabagismo e do uso nocivo dos agrotóxicos;
- Promover ações intersetoriais para enfrentar problemas com as diferentes formas de violência, acidentes de trânsito e trabalho, poluição e degradação do meio ambiente, fome, obesidade e sedentarismo, entre outros males e comorbidades;
- Criar a Rede de Urgência, reforçar o SAMU e implantar duas UPAs no município.
- Reestruturar a Rede de Atenção Hospitalar no SUS, ampliando leitos nas regiões de maior carência e integrando os hospitais universitários e filantrópicos em redes de atenção, com fortalecimento dos instrumentos de contratação e regulação pública dos serviços;
- Promover na esfera municipal a saúde mental com os princípios da Reforma Psiquiátrica;
- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos Direitos Humanos;

- Fortalecer no nível municipal o Programa Farmácia Popular, a Farmácia Viva e Fitoterápicos, a política nacional de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção, permitindo o acesso rápido, qualificado, racional e eficaz aos medicamentos;
- Apoiar o Programa Brasil Sorridente, assegurando a integralidade da assistência à saúde bucal;
- Fortalecer a participação popular democrática e o controle social no SUS por meio das Conferências e Conselhos municipais, os quais devem ser referência para a deliberação de políticas de saúde, com planejamento participativo, transparência de gestão e ampliação da base social de defesa do SUS;
- Fortalecer a gestão pública e o papel das Secretarias Municipais de Saúde como produtoras de políticas públicas e gestoras da rede de saúde;
- Investir na descentralização do SUS, regionalização e pactuação tripartite de compromissos;
- Fortalecer o Complexo Econômico e Industrial da Saúde como elemento estrutural da contribuição da saúde para o processo de reconstrução nacional, desenvolvimento econômico e geração de empregos e renda;
- Valorizar o trabalho em saúde para que os trabalhadores/as da saúde tenham vínculos protegidos por concursos, salários, jornadas e ambientes de trabalhos dignos, saudáveis e seguros;
- Retomar as mesas permanentes de negociação coletiva, sempre que cabível, no plano municipal;
- Fortalecer a educação permanente na saúde, ordenada pelo SUS, com vistas a mudanças da formação, que deve ser orientada pelas necessidades de saúde da população;
- Articular universidades e instituições de ensino, gestão pública, serviços de saúde, trabalhadores/as e movimentos sociais;

- Para garantir a ampliação das ações e serviços do SUS e proporcionar sustentabilidade ao seu funcionamento pleno, assegurar os mínimos constitucionais previstos para os municípios, equivalentes a 15% da arrecadação dos impostos.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA E COMBATE À FOME

- Campanhas de promoção da alimentação saudável;
- Feira de Orgânicos ou Feiras Agroecológicas, espaço para barracas e feiras, apoiando a criação e manutenção de feiras com produtos sem veneno;
- Baldinho, programa que entrega matéria orgânica, produzida a partir de lixo orgânico coletado na comunidade, para hortas, quintais produtivos e produção de alimentos nas cidades;
- Hortas Urbanas, ações de agricultura em praças e espaços públicos vazios, com fornecimento de sementes, água e energia;
- Vedação, dentro de escolas públicas e privadas e de eventos culturais, esportivos ou educacionais destinados às crianças, de publicidade e venda de bebidas açucaradas (refrigerantes e sucos artificiais, responsáveis por obesidade, diabetes e queda dentária) e alimentos ultraprocessados;
- Território Sem Agrotóxico, delimitação de território em que se veda o uso de agrotóxico na produção de alimentos, para incentivar e possibilitar a produção sustentável de alimentos saudáveis e livres de veneno.
- Criação do Conselho Municipal de SAN (COMSEA), importante órgão consultivo vinculado ao gabinete do Prefeito, composto por Secretários Municipais e organizações da sociedade civil, reunidos para articular e integrar os programas e ações. É um importante espaço de participação social, que garante a vitalidade da agenda de SAN no território, agregando diferentes atores da sociedade civil com atuação em ações relacionadas aos sistemas alimentares.

1. ABERTURA PARA O APOIO DO GOVERNO FEDERAL

- Adesão ao Brasil Sem Fome (BSF), que prevê a meta de tirar o país do Mapa da Fome até 2030. O BSF é composto por 80 ações e programas. Para o município participar, o prefeito deve procurar o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e assinar o Termo de Adesão.
- Adesão aos programas federais de SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Alimenta Cidades, o Programa Nacional de Alimentação no SUAS, a Inclusão Produtiva e Capacitação Profissional, o Fomento Rural e a Política de Agroecologia.
- Implantação de Equipamentos Públicos com apoio do governo federal, como a Cozinha Solidária, o Restaurante Popular, o Banco de Alimentos e a Horta Comunitária.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

1. INCLUSÃO DIGITAL PLENA

- Implementar infraestrutura de banda larga para conectar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança;
- Implementar programa de conexão nas escolas públicas e a partir destas levar conectividade para outras estruturas públicas;
- Promover o letramento digital das pessoas e ações para a inclusão digital significativa da população a partir de uma conectividade de qualidade; acesso a dispositivos de qualidade; promoção de letramento digital para evitar a disseminação de informações falsas (fake news) e qualificação das pessoas para ocupações cada vez mais dependentes das tecnologias digitais.

2. PLATAFORMA DE GOVERNO DIGITAL

A Plataforma de Governo Digital é um meio pelo qual se pode acelerar a universalização do acesso aos serviços do governo municipal, a participação popular nas decisões públicas e a transparência com controle social sobre as ações do governo;

- Criar/aperfeiçoar plataforma de serviços “Lagarto online”, com acesso a uma variedade de serviços municipais, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade na gestão pública;
- Login único, com desenvolvimento de plataforma de serviços digitais, integrado ao Gov.BR, para oferta e acesso a uma variedade de serviços municipais, a exemplo de agendamento de consultas médicas, matrícula escolar e solicitação de documentos;
- Plataforma de fácil navegação via web e aplicativo móvel, atendendo aos requisitos do ePING (Padrão de Interoperabilidade

de Governo Eletrônico) e eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), desenvolvidos pelo Governo Federal;

- Implementar programas de telemedicina para permitir consultas médicas virtuais, especialmente em áreas remotas ou carentes de atendimento médico;
- Promover a teleeducação, oferecendo aulas e recursos educacionais online para estudantes de todas as idades;
- Implementar um sistema de alvará online para simplificar o processo de obtenção de alvarás para diferentes tipos de atividades (comerciais, industriais e serviços);
- Integrar a divulgação dos serviços públicos com as Redes Sociais e Aplicativos de Mensagens, permitindo notificações de agendamentos e lembretes de compromissos, com possibilidade de ações ativas e reativas no contato com o cidadão;
- Todos os sistemas devem ser projetados com medidas robustas de segurança e proteção de dados pessoais para garantir a confidencialidade e a integridade das informações dos usuários;
- Orçamento e planejamento participativos: garantir a participação da comunidade na aplicação dos recursos materiais e humanos da municipalidade, bem como no planejamento das ações governamentais, desenvolvendo um conceito de cidade em rede. Fortalecer a democracia participativa, aumentar a eficiência na gestão e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- Monitoramento e avaliação: criar indicadores de transparência e participação cidadã para acompanhar o desempenho dos programas ao longo do tempo, com realização de avaliações periódicas em que haja a participação da sociedade civil para identificar pontos de melhoria e corrigir possíveis distorções e publicação de relatórios de prestação de contas que apresentem os resultados alcançados e os próximos passos a serem dados;
- e-Ouvidoria: criação de uma plataforma digital para receber denúncias, sugestões, reclamações e elogios da população, com

garantia de que as manifestações recebidas sejam devidamente registradas, respondidas e acompanhadas pelos cidadãos;

3. LAGARTO MAIS CONECTADA E SUSTENTÁVEL

- Desenvolver e implementar tecnologias que permitam antecipar e prevenir desastres ambientais, com mapeamento de áreas de risco e sistema de alarmes nas emergências;
- Desenvolver e implementar tecnologias de monitoramento da qualidade ambiental no município (qualidade do ar e emissão de carbono na atmosfera, qualidade dos cursos d'água, identificação dos locais e agentes responsáveis pela sua degradação, índice de arborização e cobertura vegetal natural, entre outros);
- Fomentar a inovação para automatização e monitoramento de serviços públicos mediante sistemas baseados em TIC que permitam a prestação de serviços com eficiência e eficácia (fluxo de tráfego e monitoramento de trânsito, modernização e controle da iluminação pública; coleta e destinação final de lixo, entre outros).

TRABALHO DECENTE

As relações de trabalho no município refletem o ambiente legal e as regulações que condicionam a convivência entre Capital e Trabalho no País. Desde o advento da reforma trabalhista do governo Temer, nota-se uma acentuação da tendência à precarização do trabalho nas cidades. Houve um retrocesso do emprego formal, com a perda de 9 milhões de postos de trabalho com carteira assinada desde 2015. Cresceram exponencialmente as contratações de caráter temporário, o número de trabalhadores por conta própria, além do uso distorcido do estatuto dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e PJs. Em todo esse período, de 2016 a 2022, o neoliberalismo mostrou de forma patente que é insustentável social, ambiental e economicamente e é incompatível com a vida e a democracia, resultando no aumento da miséria, da fome e da pobreza, gerando mais desemprego, mais informalidade e menos renda. No modelo que defendemos, a democracia e a solidariedade são pilares fundamentais e buscam a distribuição de renda e da riqueza, a eliminação das causas estruturais das desigualdades e a superação da fome e da pobreza. Assim, são diretrizes para nossa gestão:

1. A CENTRALIDADE TRABALHO

- Para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, comprometida com a superação das desigualdades e na qual o trabalho decente ocupe um papel central, é essencial que os direitos sociais sejam respeitados e todas as formas de discriminação, eliminadas;
- É também fundamental que haja a estruturação de uma base econômica
- É indispensável apoiar os sindicatos e as organizações trabalhistas na mobilização contra as desigualdades estruturais que

incidem sobre um mercado de trabalho precariamente estruturado, com alta informalidade;

2. FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Implementar o plano de cargos, carreira e vencimentos (PCCV) dos servidores do município, garantindo remuneração condigna àqueles que dedicam a vida a servir ao povo lagartenses.
- Implantar um sistema de negociação coletiva com os servidores públicos municipais através das mesas de negociação municipais que ampliem direitos e aumentem a qualidade dos serviços públicos, independentemente da natureza do vínculo e da atividade econômica;
- Assegurar que o modelo de organização sindical construído pelos próprios trabalhadores tenha garantias para representá-los e protegê-los;
- Implementar ações que eliminem todas as formas de discriminação, respeitem direitos e amplifiquem a igualdade de gênero e raça no trabalho;
- Implementar programas que assegurem trabalho e renda de forma direta e por meio de investimentos públicos em áreas estratégicas;
- Dar eficácia e legitimidade à garantia de emprego do artigo 7, inciso I, da Constituição federal.

3. AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A reciclagem envolve mais de 1 milhão de pessoas no País, na sua grande maioria pessoas negras e mulheres. Fechar lixões e

ampliar a coleta seletiva nos municípios, contratando catadores e catadoras; efetivar a logística reversa; estruturar, financiar e garantir assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários são meios já amplamente desenvolvidos para se combater o desemprego e a informalidade;

- Fomentar a formação de cooperativas sociais e de trabalho, com estratégias de formação, capacitação e assessoria técnica para execução de políticas públicas é também um recurso relevante;
- Ampliação dos programas de aquisição de alimentos saudáveis e incentivo à agricultura familiar como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PLANAPO (Plano Nacional Agroecologia e Produção Orgânica) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Prover o acesso ao crédito facilitado e desburocratizado para os pequenos negócios, micro e pequenas empresas. Incluir as cooperativas de crédito como operadoras do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte) e criar um fundo específico para acesso das agroindústrias e cooperativas, com pagamento em produtos ou recursos financeiros;
- Assegurar acesso a crédito em condições adequadas ao perfil dos pequenos negócios, com assistência técnica que dê maior sustentabilidade e competitividade a sua atuação;
- Fomentar a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação dos bancos populares em microcrédito e crédito solidário na cidade e no campo;
- Modelar e implementar um Programa Municipal de Incentivo às Compras Públicas das cooperativas, com possibilidade de formação de consórcios de cooperativas para a participação em editais públicos;
- Ampliar a participação social em Conselhos Municipais e criar o Conselho Municipal de Economia Solidária.

TURISMO

1. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas deste século. Pesquisas apontam que a atividade corresponde de 1% a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.¹ Esta participação se manifesta especialmente no nível municipal, onde o fenômeno turístico surge como propulsor de valores econômicos, sociais, culturais e ambientais. O turismo dialoga com a diversidade cultural, a preservação ambiental, as diversidades de gênero e de raça e as populações originárias. As ações devem refletir essa realidade e estarem de acordo com preceitos éticos, sustentáveis e científicos. Para nossa gestão propomos:

- Apoiar a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).
- Construir um Plano Municipal de Turismo adequado à realidade local; fortalecer a identidade turística local; entender a oferta turística como o conjunto que compreende equipamentos, bens e serviços, além do seu caráter artístico, cultural e social, entre outros;
- Destinar orçamento próprio para o desenvolvimento do turismo no município, aplicado a partir de um Plano Municipal de Turismo;
- Manter um diálogo permanente com as esferas estadual e federal por meio das Secretarias de Estado e Ministério do Turismo, criando parcerias políticas e programas no município;
- Dialogar com prefeitos e vereadores das cidades da região para desenvolver roteiros regionais e iniciativas cooperadas.